
Arquivos deslocados: mapeamento de literatura

Displaced archives: a mapping review

L. S. Ascensão de Macedo (1)

(1) Universidade de Coimbra, ascensaodemacedo@gmail.com

Resumo

Este artigo consiste num mapeamento de literatura em torno do tópico “arquivos deslocados”. Um dos problemas verificados consiste na ausência de um quadro concetual claro, por a terminografia arquivística apresentar diversos termos para denominar um mesmo fenómeno. O objetivo deste artigo consiste em realizar uma prospeção e síntese de literatura em torno das características, dimensão e contexto de utilização dos conceitos utilizados. Foram realizadas buscas na base de dados *Web of Science (WoS)*, tendo como critérios de inclusão termos extraídos da terminologia arquivística em inglês e artigos científicos publicados entre 1953 a 2018 em revistas analisadas por pares. Metodologicamente, o artigo combina o mapeamento de literatura com uma revisão de escopo. Dos 160 artigos, foram incluídos 70, produzidos entre 1962 a 2018. Predominam temas associados com a descolonização e secessão, conflito armado e tráfico ilícito, tanto em contexto internacional como intranacional. Prevalcem estudos qualitativos, especialmente análises históricas e estudos de caso. Novos conceitos aparecem, como arquivos coloniais, arquivos confiscados e arquivos expatriados, não considerados pela terminografia arquivística. Para concluir, o conceito de "arquivo deslocado" permanece invisível junto da comunidade arquivística, especialmente lusófona, da qual não se obteve qualquer produção científica sobre o tópico.

Palavras-chave: produção científica; arquivos deslocados; repatriação de arquivos; conflitos pela custódia de arquivos

Abstract

This article proposes a mapping review on the topic “displaced archives”. The main problem is the absence of a clear conceptual framework about this topic, existing several terms related to the same phenomenon. The purpose of this paper is to explore the literature in terms of characteristics and size, identifying main concepts, theories, sources and knowledge gaps. Searches were performed in the *Web of Science* database. As inclusion criteria, we extracted terms from archival terminology in English and scientific articles published between 1953 and 2018 in peer reviewed journals. Methodologically, the article combines mapping review with a scoping review. Of the 160 articles, 70 were included, published between 1962 and 2018. Themes associated with decolonization and secession, armed conflict and illicit trafficking predominate, related to international and sub-national issues. Qualitative studies, specially historical analysis and case studies, prevail. New concepts such as colonial archives, seized archives and expatriated archives that are not considered in archival terminography are emerging. To conclude, the concept of "displaced archives" remains invisible to the archival community, particularly the lusophone archival community, that no scientific production on the topic was retrieved.

Keywords: scientific production; displaced archives; archival repatriation; archival claims

1 Introdução

A restituição de bens culturais às comunidades originárias constitui um problema complexo que divide povos, instituições e profissionais. São diversos os contextos de despossessão de bens

culturais às comunidades originárias (Silverman, 2011). Pode decorrer de fenómenos ocorridos em contexto de conflito armado (Toman, 1996; O’Keefe, 2006); do tráfico ilícito (Kila e Balcells, 2015); de processos secessionistas ou de descolonização, com consequências na reorganização político-administrativa do território (Jakubowski, 2015); de decisões *ope legis* emanadas pelo poder central ou através de determinados contextos políticos, incidindo especialmente sobre comunidades locais ou comunidades autóctones ou indígenas (Kuprecht, 2016). A dimensão desta disputa pode envolver tanto dois ou mais países como pode ocorrer dentro de um país, ou seja, em contexto intranacional (Watkins, 2009; Fishman, 2010).

O destino dos bens culturais pode ser, também, muito diverso. Muitos destes bens se encontram custodiados em instituições de memória (Robinson, 2012), entidades do domínio público ou privado, por vezes distantes ou inacessíveis em relação às comunidades, instituições ou indivíduos dessapossados. Entre os principais motivos que terão conduzido à remoção destes bens culturais às comunidades originárias podemos enumerar razões de natureza de segurança preventiva ou de conservação (Merryman, 1994; Barkan, 2002), de mecanismo de exercício de soberania sobre determinado território ou de legitimação da ascendência identitária sobre uma comunidade (King, 1999; Boardman, 2016), e atividades realizadas por serviços de inteligência e de segurança (Nemeth, 2014). Por vezes, o destino destes bens culturais pode estar sujeito a práticas de ocultação ou de destruição deliberada (Layton, Thomas e Stone, 2011; Novic, 2016; Turku, 2018) ou permanecerem na condição de “órfãos” (Leventhal e Daniels, 2012).

O retorno, a repatriação ou a restituição de bens culturais (Cornu e Renold, 2010; Scovazzi, 2014; Stamatoudi, 2011; Taşdelen, 2016; Zeidler, 2016) constituem mecanismos jurídicos desenvolvidos para o ressarcimento das comunidades ou países em função das circunstâncias incoativas da desposseção (Kowalski, 2005; Chechi, 2014). Além disto, a herança conjunta (Cox, 2017), a reunificação virtual (Punzalan, 2014) e a descolonização da representação da informação (Smith, 2012; Genovese, 2016) constituem medidas conciliatórias em alternativa às abordagens jurídicas. Qualquer uma destas estratégias pode suscitar problemas éticos, uma vez que a desposseção de bens culturais depende dos contextos sócio-geográficos, políticos e históricos ocorridos no passado (Belcher *et al.*, 2016).

Os conflitos pela custódia de arquivos têm sido entendidos como um problema do âmbito do “contencioso arquivístico” (International Council on Archives, 1984; Alves *et al.*, 1993; Arquivo Nacional, 2005). Contudo, um dos problemas relacionados com o estado ou estatuto destes arquivos é de natureza concetual. Como se denominam aqueles arquivos que foram “desalojados do seu *habitat* original” (Ribeiro, 1998, p. 522)? A terminografia arquivística de expressão inglesa apresenta diversos termos e conceitos, por vezes considerados sinónimos entre si, como por exemplo *alienated record/archives*, *expatriate(d) archives*, *fugitive records/archives*, *migrated archives*, *removed archives*, *captured archives*, *replevin*, *relay*, *diasporic archives* (Duranti e Franks, 2015; International Council on Archives, 1964, 1984, 2004, 2013; Pearce-Moses, 2005). Curiosamente, a terminografia arquivística portuguesa não apresenta qualquer entrada para além de “documento deslocado” (Alves *et al.*, 1993; Biblioteca Nacional de Portugal, 2010). “Arquivo removido” (Cunha e Cavalcanti, 2008; Nagel, 1989) e “arquivo deslocado” (Camargo e Bellotto, 1996) constituem variantes do traduzidas a partir dos *instrumenta* terminográficos do Conselho Internacional de Arquivos. O *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (Arquivo Nacional do Brasil, 2005), por seu turno, não apresenta qualquer entrada. Como se justifica esta diversidade concetual nuns casos e não presença noutros? Para Karabinos, esta variação pode ter relação com o facto de o tema ter sido tratado academicamente por “non-archivists in non-archival terms” (Karabinos, 2018). Além disto, Lowry (2017b, 2019) e Karabinos (Karabinos, 2018) reconhecem que a comunidade arquivística tem sido particularmente silente na abordagem deste

problema, apesar dos estudos e recomendações do Conselho Internacional de Arquivos (1995, 2005).

Lowry observou, também, que, “displaced archives have not been under discussion in the international archival community for some time, [...] long-standing cases have not been resolved and some new cases have arise” (Lowry, 2017b, p. 9). Por esta razão, importa sintetizar o conhecimento produzido em torno do tópico “arquivos deslocados”. Pesquisas preliminares em bases de dados, como *Dimensions*, *Google Scholar* e *Web of Science*, não apontaram para a existência de revisões sistemáticas de literatura, publicadas ou em curso, em torno deste tópico. Consequentemente, optamos por realizar um mapeamento de literatura (*mapping review*) (Chen, 2017), no sentido de se explorar a produção científica existente em termos de natureza, características e dimensão.

Tratando-se de um tópico escassamente abordado no domínio da Ciência da Informação, sobretudo na Arquivística como disciplina aplicada (Ribeiro, 2011, 2013), justifica-se realizar um estudo em língua portuguesa sobre este tema, tendo como ponto de partida o conceito hiperonímico de “arquivo deslocado”.

2 Questões e objetivos de investigação

As questões de investigação em matéria de mapeamento de literatura caracterizam-se pelo seu caráter genérico (Grant e Booth, 2009). Para a formulação estruturada de questões de investigação, adotamos a estratégia ProPheT (*Problem/Problema, Phenomenon of Interest/Fenómeno de interesse e Time/Período*) (Booth, Sutton, e Papaioannou, 2016). A especificação dos elementos da questão de investigação encontra-se no Quadro I.

Estratégia ProPheT	Parâmetros
Problema (<i>Problem</i>)	Produção científica revista por pares (artigos); textos em inglês
Fenómeno de interesse (<i>Phenomenon of Interest</i>)	“Arquivos deslocados”, termos em inglês extraídos da terminografia arquivística: <i>alienated records, captured archives, conflicting archival claims, custody, displaced archives, fugitive archives, migrated archives, removed archives, repatriation, replevin</i> (International Council on Archives, 1964, 1984, 2004, 2013; Pearce-Moses, 2005; Dictionary Working Group of the Society of American Archivists, 2018c, 2018b, 2018a)
Período (<i>Time</i>)	Produção científica entre 1954 e 2018.

Quadro I. Formato de questão de investigação ProPheT, baseado em Booth, Sutton e Papaioannou (2016).

Assim, a questão de investigação principal deste estudo consiste: “que produção científica foi publicada sobre ‘arquivos deslocados’ entre 1954 e 2018?”.

Os objetivos específicos deste estudo consistem em (1) descrever as características da produção científica publicada em termos quantitativos em torno dos “arquivos deslocados”; (2) analisar as relações conceptuais em torno dos “arquivos deslocados” a partir do *corpus* de textos incluídos; (3) mapear as características ou lacunas destes estudos em termos conceptuais, metodológicos e teóricos; (4) identificar a natureza e dimensão do problema em torno dos “arquivos deslocados”, em termos de dimensão geográfica, periodológica, histórico-contextual e documental.

3 Materiais e métodos

Este estudo encontra-se configurado num tipo de síntese de conhecimento de literatura conhecido como mapeamento de literatura (Chen, 2017; Grant e Booth, 2009). Trata-se de um método que se caracteriza por uma investigação qualitativa e quantitativa de base bibliográfica e descritiva a partir da análise de fontes de dados secundários (Baker, 2008). Combina as características de uma revisão de escopo com predominância para a visualização diagramática (Chen, 2017). O objetivo consiste em estimar o tamanho e as características da literatura disponível sobre um determinado tópico (Colquhoun et al., 2014; Pham et al., 2014; Munn, Peters, et al.,

2018). Pretende-se realizar um mapeamento de conceitos, métodos aplicados e síntese em torno de um tema complexo e pouco sistematizado na literatura. Este estudo adota a abordagem metodológica proposta por Arksey e O'Malley (2005), com as recomendações de Levac *et al.* (2010) e de Colquhoun *et al.* (2014), materializado no modelo de reporte adaptado à *notre besoin* do PRISMA-ScR (Tricco *et al.*, 2018).

3.1 Protocolo e registo

Este estudo constitui parte de uma investigação em curso no âmbito do doutoramento em Ciência da Informação na Universidade de Coimbra, registado sob o identificador 101579284 no sistema de informação nacional RENATES (Portugal. Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, 2013). Os dados de investigação encontram-se disponíveis em *Open Science Framework: OSF-Standard Pre-Data Collection Registration*, registado a 2019-11-08 e acessível no repositório através deste endereço < <https://osf.io/59ef6/>>.

3.2 Critérios de elegibilidade

Para a identificação de literatura relevante em torno do tópico “arquivos deslocados”, a abordagem *ProPhetT* (Booth, Sutton e Papaioannou, 2016) constitui uma estratégia para a seleção de textos científicos, conforme já exposto no Quadro 1. Como critério de inclusão, selecionámos textos que se materializem genologicamente em artigos publicados em revistas científicas revistas por pares e publicados em inglês. Todas as tipologias documentais não mencionadas atrás encontram-se excluídas.

Tomamos como referência a terminografia arquivística de expressão inglesa como garantia literária (Barité, 2017), a partir da qual extraímos termos candidatos para prospeção de literatura, a saber: *alienated records* (Dictionary Working Group of the Society of American Archivists, 2018a), *alienation* (International Council on Archives, 1984, p. 16, 2004, 2013; Pearce-Moses, 2005, p. 15), *captured archives* (International Council on Archives, 2004, 2013; Pearce-Moses, 2005, p. 60), *archival claims* (International Council on Archives, 1984, p. 44), *displaced archives* (International Council on Archives, 2016, p. 15; Dictionary Working Group of the Society of American Archivists, 2018b), *fugitive archives* (International Council on Archives, 1984, p. 75, 2004, 2013; Pearce-Moses, 2005, p. 179), *inalienability* (International Council on Archives, 1984, p. 83, 2004; Pearce-Moses, 2005, p. 200), *migrated archives* (International Council on Archives, 1984, p. 105, 2004; Pearce-Moses, 2005, p. 252), *removed archives* (International Council on Archives, 1984, p. 135, 2013; Pearce-Moses, 2005, p. 341), *repatriation* (Dictionary Working Group of the Society of American Archivists, 2018c) e *replevin* (International Council on Archives, 1984, p. 136, 2004; Pearce-Moses, 2005, p. 342).

Excluimos termos e conceitos como *estrays* (International Council on Archives, 1984, p. 63, 2004; Pearce-Moses, 2005, p. 151), *imprescribibility* (International Council on Archives, 1984, p. 82, 2004; Pearce-Moses, 2005, p. 199), *joint archives/joint archival heritage* (herança conjunta) (International Council on Archives, 1984, p. 89) e *withdrawal* (devolução de documentos, em resultado de uma reavaliação ou *deaccession*) (International Council on Archives, 1984, p. 167, 2004; Pearce-Moses, 2005, p. 408). Foram excluídos por não ter-se obtido qualquer registo bibliográfico na pesquisa preliminar e por estar fora do escopo deste estudo.

De modo a ampliar as possibilidades de recuperação de textos científicos relevantes, quando a estrutura do conceito se materializar de forma monolexemática (*u. g. inalienability, replevin, repatriation*), combinámos com *archive* e *record* no sentido de limitar o âmbito da pesquisa. Da mesma forma, para estruturas polilexemáticas (*u. g., alienated records, removed archives, etc.*), duplicámos os descritores com a inserção por substituição de formas nominais e adjetivas

(*archive(s)*, *archival* ou *record*, u. g., *alienated records* e *alienated archives* ou *archival alienation*).

Delimitámos temporalmente textos publicados entre 1954 e 2018. A data inicial tem como referência a *Convenção de Haia* de 14 de maio de 1954 (UNESCO, 1954).

3.3 Fontes de informação

As pesquisas foram realizadas de forma iterativa entre 2019-09-01 a 2019-09-30 na base de dados *Web of Science (WoS)*, acessível via *web* por subscrição institucional (Universidade de Coimbra). Trata-se de um dos sistemas de informação académicos mais utilizados pela comunidade científica (Martín-Martín, Orduna-Malea, Thelwall, e López-Cózar, 2018). Os dados bibliográficos recuperados foram importados e tratados no gestor bibliográfico *EndNote*.

3.4 Estratégia de pesquisa

Adotámos neste estudo a abordagem *ProPheT* (Booth, Sutton e Papaioannou, 2016) combinada com a estratégia de reporte de pesquisa STARLITE (Booth, 2006). A base de dados *WoS* permite truncaturas e pesquisas em campos de título e tópicos, pelo que se justifica apresentar os parâmetros utilizados, presentes no Quadro II. Pretende-se assegurar a replicabilidade deste estudo (Cooper, Booth, Varley-Campbell, Britten, e Garside, 2018).

Esta pesquisa caracteriza-se pela sua iteratividade, realizada entre 2019-09-01 e 2019-09-30. Os conceitos do fenómeno de interesse referenciados no Quadro II foram objeto de processamento prévio de *stemming*, com recurso ao algoritmo de Porter (Porter e Boulton, 2002; Porter, 1980) aplicado à língua inglesa. Eliminámos expressões em duplicado e aplicámos truncaturas e expressões delimitadas entre aspas.

Realizámos, também, pesquisas manuais na mesma base de dados partindo das referências citadas dos registos recuperados, especialmente em ocorrências de palavras no título.

<i>ProPheT</i>	WoS (n=110)
<i>Pro</i>	IDIOMA: (ENGLISH) AND TIPOS DE DOCUMENTO: (ARTICLE); REFINADO POR: IDIOMAS: (ENGLISH) AND TIPOS DE DOCUMENTO: (ARTICLE) AND CATEGORIAS DO WEB OF SCIENCE: (LAW OR HUMANITIES MULTIDISCIPLINARY OR HISTORY OR INFORMATION SCIENCE LIBRARY SCIENCE OR COMPUTER SCIENCE INFORMATION SYSTEMS OR COMPUTER SCIENCE THEORY METHODS OR MUSIC). ÍNDICES: SCI-EXPANDED, SSCI, AEHCI, CPCI-S, CPCI-SSH, BKCI-S, BKCI-SSH, ESCI.
<i>Phe</i>	(TS=(“alien* archiv*” OR “alien* record*” OR “archiv* alien*” OR “archiv* inalien*” OR “inalien* archiv*” OR “inalien* record*” OR “record* inalien*” OR “archiv* captur*” OR “captur* archiv*” OR “captur* record*” OR “record* captur*” OR “archiv* claim*” OR “disput* archiv* claim*” OR “record* claim*” OR “claim* archiv*” OR “claim* record*” OR “conflict* archiv* claim*” OR “archiv* displac*” OR “displac* archiv*” OR “displac* record*” OR “record* displac*” OR “archiv* fugit*” OR “archiv* fugu*” OR “fugit* archiv*” OR “fugit* record*” OR “fugu* archiv*” OR “fugu* record*” OR “record* fugit*” OR “record* fugu*” OR “migrat* archiv*” OR “migrat* record*” OR “migrat* migrat*” OR “archiv* migrat*” OR “archiv* remov*” OR “record* archiv*” OR “remov* record*” OR “archiv* repatri*” OR “record* repatri*” OR “repatri* archiv*” OR “repatri* record*” OR “replevin* archiv*” OR “replevin* record*” OR “archiv* replevin*” OR “record* replevin*” OR “archiv* custod*” OR “record* custod*” OR “custodi archiv*” OR “custodi record*” OR “archiv* alien*” OR “archiv* inalien*” OR “inalien* archiv*” OR “inalien* record*” OR “record* inalien*” OR “archiv* captur*” OR “captur* archiv*” OR “captur* record*” OR “record* captur*” OR “archiv* claim*” OR “disput* archiv* claim*” OR “record* claim*” OR “claim* archiv*” OR “claim* record*” OR “conflict* archiv* claim*” OR “archiv* displac*” OR “displac* archiv*” OR “displac* record*” OR “record* displac*” OR “archiv* fugit*” OR “archiv* fugu*” OR “fugit* archiv*” OR “fugit* record*” OR “fugu* archiv*” OR “fugu* record*” OR “record* fugit*” OR “record* fugu*” OR “migrat* archiv*” OR “migrat* record*” OR “migrat* migrat*” OR “archiv* migrat*” OR “archiv* remov*” OR “record* archiv*” OR “remov* record*” OR “archiv* repatri*” OR “record* repatri*” OR “repatri* archiv*” OR “repatri* record*” OR “replevin* archiv*” OR “replevin* record*” OR “archiv* replevin*” OR “record* replevin*” OR “archiv* custod*” OR “record* custod*” OR “custodi archiv*” OR “custodi record*” OR “custod* archiv*”))

<i>ProPheT</i>	WoS (n=110)
<i>T</i>	TEMPO ESTIPULADO: 1953-2018.

Quadro II. *Estratégia de pesquisa ProPheT* (Booth, Sutton e Papaioannou, 2016) em formato STARLITE (Booth, 2006)

As pesquisas em bases de dados *WoS* limitaram-se às áreas afins à Arquivística como a Ciência da Informação, Ciências da Computação, História, Artes e Humanidades em geral e Jurisprudência.

3.5 Recolha e análise de dados

Os resultados obtidos a partir da *WoS* foram exportados integralmente em formatos normalizados (.txt, .ris) e tratados no gestor bibliográfico *EndNote*. Os dados de investigação encontram-se disponíveis no repositório supramencionado. Os registos bibliográficos em duplicados foram resolvidos numa primeira instância no gestor *EndNote*. Tratando-se de um estudo realizado de forma independente, utilizámos *Rayyan* (Ouzzani, Hammady, Fedorowicz, e Elmagarmid, 2016), uma aplicação *web open access* que proporciona um ambiente controlado para o processamento de deteção de duplicações, seleção de registos e análise de conteúdo. A seleção decorreu em quatro fases: (1) leitura dos títulos, palavras-chaves e resumos; (2) descarte dos textos que não respondem aos objetivos deste estudo; (3) leitura do texto integral, para aferir a adequação do conteúdo ao tópico da pesquisa, através de uma codificação dos termos, definições e métodos utilizados e (4) novo descarte dos textos que não corresponderam aos objetivos deste estudo. Em consonância com os objetivos de investigação, as unidades de análise consistem na:

(a) descrição bibliométrica do volume de artigos em termos de números de publicações, autores, países/instituições e títulos mais produtivos, que permita explorar temas, padrões de colaboração e tópicos mais frequentes; e

(b) recolha dos conceitos relacionados com o fenómeno de despossessão de arquivos, comunidades/países envolvidos, conjuntos documentais disputados, contextos históricos e geográficos.

3.6 Síntese de resultados

Para auxiliar a interpretação e visualização dos dados bibliográficos, recorreremos às ferramentas *web* de acesso livre *bibliometrix* (Aria e Cuccurullo, 2017) e *CorText* (INRA, 2017) para representar graficamente a estrutura concetual e intelectual da produção científica. A ferramenta *bibliometrix* ocorre em ambiente R (R Core Team, 2013), através do parâmetro *biblioshiny()*, que disponibiliza um fluxo de trabalho baseado no processamento automatizado de dados bibliográficos. Esta ferramenta realiza um cálculo e visualização automatizados, em termos de produtividade (número de autores, de artigos, de revistas científicas), estrutura concetual (palavras-chaves ou termos mais frequentes) e intelectual (redes de colaboração e evolução da produção). No caso de *CorText*, esta ferramenta disponibiliza, também, um fluxo de trabalho automatizado, possibilitando a prospeção de dados textuais, quantificação em termos de frequência e visualização em mapas de rede. Ambas as aplicações produzem *outputs* que constituem dados integrantes da presente investigação.

4 Resultados

4.1 Seleção de estudos

Foram recuperados 160 artigos, conforme exarado na Figura I. Com base na análise do título e resumo, 90 (56,8%) registros foram excluídos, por não corresponderem ao tópico em estudo, pelos seguintes motivos: por terem devolvido a tipologia documental não requerida e por a data de publicação não corresponder ao parâmetro estipulado.

A amostra ficou reduzida a 70 artigos (43,1%), que responderam aos critérios de elegibilidade neste estudo. Os artigos recuperados encontram-se em inglês.

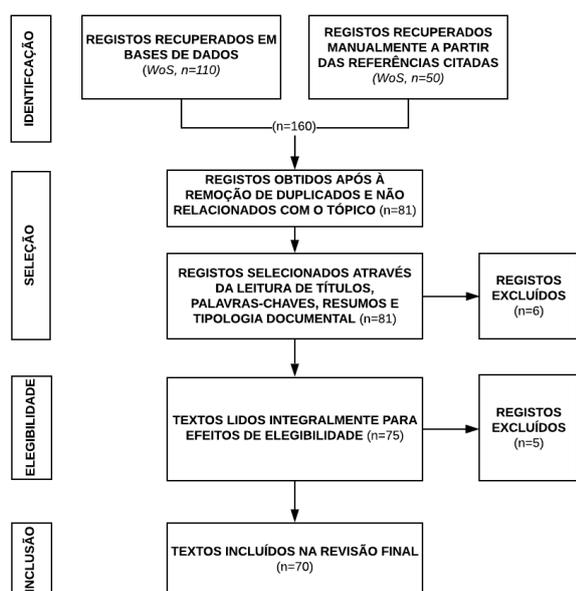


Figura I. Fluxo de reporte de pesquisa PRISMA (Tricco et al., 2018).

4.2 Características gerais dos estudos incluídos

Do ponto de vista da produção científica anual, os registros recuperados apontam para uma dimensão temporal compreendida entre 1962 a 2018, verificável no Gráfico 1.

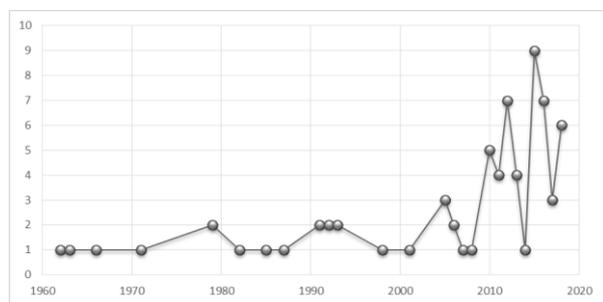


Gráfico I. Produção de artigos (1962-2018) (n=70); dados da pesquisa (processado em "bibliometrix")

Verifica-se que a produção científica entre 1962 e 2004 é muito esparsa (n=17, 24,6%). Só a partir de 2005 até 2018 que se assiste a uma produção consistente e em sentido ascendente, com 52

artigos (75,3%), sendo o ano de 2015 (n=9) o mais produtivo. As características gerais da produção científica selecionada encontram-se sintetizadas na Tabela I *infra*.

Categorias		Resultados
<i>Descrição</i>	Documentos recuperados (artigos)	70
	Período	1962-2018
	Número de autores	53
	Artigos de autoria única	66
	Artigos de autoria múltipla	8
	Média de documentos por autor	1,3
	Média de autores por documento	0,757
	Média de co-autores por documento	1,07
	Índice de colaboração	2
	Palavras-chaves de autor	128
Taxa anual de crescimento	9,93	
<i>Língua</i>	Inglês	70
<i>Data de publicação</i>	1960-1969	3 (4,35%)
	1970-1979	3 (4,35%)
	1980-1989	3 (4,35%)
	1990-1999	7 (10,14%)
	2000-2009	8 (11,59%)
	2010-2018	46 (65,71%)
<i>Local de publicação (continentes)</i>	América	32 (45,71%)
	Europa	14 (20,29%)
	Oceania	8 (11,59%)
	África	6 (8,70%)
	Ásia	4 (5,80%)
	Local desconhecido	6 (10,14%)
<i>10 palavras-chaves mais frequentes</i>	<i>archives</i>	9
	<i>decolonization/decolonisation</i>	3
	<i>migrated archives</i>	3
	<i>repatriation</i>	3
	<i>colonial archives</i>	2
	<i>cultural heritage</i>	2
	<i>memory</i>	2
	<i>national archives</i>	2
	<i>ownership</i>	2
	<i>archives plunder</i>	1
<i>10 palavras mais frequentes no título</i>	<i>archives</i>	36
	<i>records</i>	15
	<i>repatriation</i>	10
	<i>colonial</i>	7
	<i>heritage</i>	7
	<i>cultural</i>	7
	<i>migrated</i>	5
	<i>sound</i>	5
	<i>displaced</i>	4
	<i>restitution</i>	4
<i>Métodos</i>	<i>Método histórico (com materializações sob forma de ensaio, opiniões e estudos de caso)</i>	32
	<i>Estudos de caso (simples e múltiplos)</i>	21
	<i>Análise conceitual e teórica</i>	5
	<i>Etnografia/auto-etnografia</i>	3
	<i>Investigação-ação participativa</i>	2
	<i>Entrevista</i>	1
	<i>Revisão de literatura</i>	1
	<i>Ensaio literário</i>	1

Tabela I. Dados da investigação (processado em bibliometrix).

No que concerne às revistas científicas com maior impacto, recorreremos ao *ranking* de revistas da *SCImago* (2019) para classificar as 10 revistas com maior produção de artigos. Optámos pela classificação entre o quartil 1 (Q1) e quartil 2 (Q2), com referência para o ano de 2018.

As três revistas com maior número de artigos em torno do tópico em estudo são *Archival Science* (n=9), *American Archivist* (n=8) e *International Journal of Cultural Property* (n=6). No caso da revista *American Archivist*, a coleção *WoS* apenas disponibiliza registros entre 1956 a 1995 (n=2851) desta revista.

Rank	Título	País	Freq	cumFreq	SCImago (2018)
#1	<i>Archival Science</i>	NL	9	9	Q1
#2	<i>American Archivist</i>	US	8	17	Q2
#3	<i>International Journal of Cultural Property</i>	UK	6	23	Q2
#4	<i>Journal of Imperial and Commonwealth History</i>	UK	4	27	Q1
#5	<i>American Historical Review</i>	US	3	30	Q1
#6	<i>Holocaust and Genocide Studies</i>	UK	3	33	Q2
#7	<i>Cahiers du Monde Russe</i>	FR	2	35	Q2
#8	<i>Ethnomusicology Forum</i>	UK	1	37	Q2
#9	<i>American Jewish History</i>	US	1	38	Q2
#10	<i>Australian Aboriginal Studies</i>	AU	1	39	Q2

Tabela II. Dados da investigação (processado em bibliometrix). Classificação SCImago (2019).

Do ponto de vista da atividade de publicações em países onde os autores se encontram afiliados, a maior produção científica provém do continente americano (Estados Unidos da América, n=29; Canadá, n=3). Seguem-se Europa (Reino Unido, n=7; Países Baixos, n=4; Dinamarca, n=1; França, n=1; Alemanha, n=1), Oceânia (Austrália, n=6; Nova Zelândia, n=2), África (África do Sul, n=2; Uganda, n=1; Botsuana, n=1 e Namíbia, n=1) e Ásia (Israel, n=3; Japão, n=1).

Em relação aos países que concentram o maior volume de citações, refira-se os Estados Unidos da América (n=126; média anual 4,5), seguido do Reino Unido (n=76; média anual 10,8), Austrália (n=33, média anual 11), Nova Zelândia (n=12, média anual 6), Uganda (n=12, média anual 6), Israel (n=6, média anual 2), Japão (n=4, média anual 4), Países Baixos (n=4, média anual 1,33), Dinamarca (n=3, média anual 3), Botsuana (n=2, média anual 2), Alemanha (n=2, média anual 2), Namíbia (n=2, média anual 2) e França (n=1, média anual 1).



Figura II. Atividade de publicações por país e afiliação acadêmica (dados processados em bibliometrix)

Do ponto de vista de colaboração internacional, apenas os Estados Unidos da América acumulam a maior produção de artigos (n=7), seguido da Austrália (n=1), Países Baixos (n=1) e Uganda (n=1).

Entre as 44 instituições científicas, a Universidade de Harvard (EUA) concentra a maior produção de artigos (22,7%), seguido da Universidade de Rutgers (EUA) (6,82%), a Universidade de Pittsburgh (EUA) (6,82%), a Universidade de Leiden (Países Baixos) (4,55%) e a Universidade de Melbourne (Austrália) (4,55%). Verifica-se a predominância da produção individual como tendência no estudo deste tópico.

No que diz respeito à atividade de publicações por autor, os mais produtivos são Grimsted (13 artigos), Montgomery (4 artigos), Karabinos (3 artigos), Anderson (2 artigos), Kecskeméti (2 artigos), Sela (2 artigos), Treloyn (2 artigos) e Cox (2 artigos). Sobre os restantes autores (88,64%) apenas se recuperou 1 artigo de cada. Entre os autores mais citados (>10 citações) estão Anderson (2011) (n=52), Grimsted (1971) (n=49), Bastian (2006) (n=25), Iacovino (2010) (n=21), Lancefield (1998) (n=15), Banton (2012b) (n=14), Treloyn (2013) (n=12) e El Shakry (2015) (n=11).

Além disto, a maioria dos artigos e dos seus autores se inscreve em domínios da História e da Biblioteconomia e Ciência da Informação. No caso de Grimsted, por exemplo, a sua produção científica tem sido realizada em domínios como a História, a Biblioteconomia e Ciência da Informação e áreas multidisciplinares das Humanidades. Realce para áreas emergentes como a Música e a Antropologia no tratamento dos “arquivos deslocados”, como o anexo 1 ilustra.

4.3 Síntese dos resultados

As ocorrências de palavras no título e nas palavras-chaves constituem os elementos mais visíveis para a descoberta de tópicos e por representar sinteticamente do conteúdo do texto (Haggan, 2004). Assim, os “arquivos deslocados” constituem um tópico frequente em domínios como Ciência da Informação (*Information Science e Library Science*, 30%) e História (30%), seguido das áreas multidisciplinares das Humanidades (14%), Música (12%), Religião (5%) e Antropologia (5%), Comunicação (2%) e Relações Internacionais (2%), exemplificado no quadro seguinte:

<i>Cluster de domínios WoS</i>	<i>Autores</i>
#1 <i>Information Science e Library Science</i>	(Boserup, 2005; Brower, 1963; Glenn, 1962; Iacovino, 2010; Karabinos, 2015, 2018; Kecskeméti, 1992; Mattern, 2016; Mnjama, 2007; Namhila, 2016; Ngoepe e Netshakhuma, 2018; Schenkolewski-Kroll, 2016; Wurl, 2005)
#2 <i>History</i>	(Anderson, 2011, 2015; Bailkin, 2015; Banton, 2012a, 2012b; Coeuré, 2017; El Shakry, 2015; Hill, 2017; Maaba, 2008; Phillips, 2016; Radeljic, 2015; Rawlings, 2015; Sato, 2017)
#3 <i>Music</i>	(Heuman, 2013; Hilder, 2012; Kahunde, 2012; Nannyonga-Tamusuza e Weintraub, 2012; Vallier, 2010)
#4 <i>Anthropology</i>	(Treloyn, Martin, e Charles, 2016; Trundle, 2011)
#5 <i>Humanities, Multidisciplinary/Law</i>	(Cox, 2010; Grimsted, 2010a; Montgomery, 2014)
#6 <i>Communication/Linguistics</i>	(Frick, 2015; Sela, 2018b)
#7 <i>Religion</i>	(Melamed, 2012; Delva, 2018)
#8 <i>International relations</i>	(Badger, 2012)
#9 <i>Asian Studies/History of Social Sciences</i>	(Karabinos, 2013)
#9 <i>Social Sciences, interdisciplinary</i>	(Niessen, 2018)

Quadro III. *Cluster de domínios WoS por autor (dados processados em CorText Manager)*

As palavras ou expressões mais frequentes devolveram, também, “descolonização”, “arquivos migrados”, “repatriação (de arquivos)”, “arquivos coloniais”, “herança cultural”, “memória”, “arquivos nacionais”, “restrição de acesso”, “confisco de arquivos” e “arquivos sonoros”. O aspeto mais relevante consiste no facto de os conceitos de “arquivo migrado” (*migrated archives*), “arquivo colonial” (*colonial archives*) e “arquivos confiscados” (*seized archives*) se encontrarem estreitamente vinculados entre si, associados a fenómenos de descolonização e de secessão de Estados. No caso de *looting archives* ou *archives plunder* (“arquivos saqueados”), estes termos são aplicados a casos decorrentes de conflito armado e do tráfico ilícito de bens culturais. No entanto, *seized archives* (arquivos confiscados), *colonial archives* (arquivos coloniais) e *looting* ou *plunder archives* (arquivos saqueados) não constam como entradas na terminografia arquivística

de expressão inglesa e encontram-se totalmente ausentes da terminografia de expressão portuguesa. O anexo 2 ilustra as relações entre palavras-chaves utilizadas pelos autores com os domínios *WoS*.

5 Discussão

Este artigo constitui, até ao momento, a única síntese de conhecimento de literatura em torno do tópico “arquivos deslocados”. Dos 160 artigos, identificámos 70, que responderam aos parâmetros de inclusão propostos. Nesta secção, apresentaremos uma visão geral dos estudos incluídos, seguidos de implicações para pesquisa e, por último, os pontos fortes e as limitações desta revisão.

5.1 Síntese da evidência

Nesta subsecção, pretende-se resumir os tipos de evidência disponíveis em torno do *corpus* de textos em estudo, especialmente na apresentação de uma visão geral dos conceitos e dos temas, em articulação com a pergunta e objetivos do mapeamento de literatura.

5.1.1 Análise dos conceitos

Grande parte dos autores não apresenta uma clara definição dos conceitos arquivísticos utilizados e sustentados na terminografia arquivística. É perceptível o recurso a metáforas conceptuais baseadas nos movimentos migratórios (*displaced, fugitive, migrated, repatriation*), no vocabulário bélico (*captured, removed*) e jurídico (*archival claims, replevin*). É possível divisar dois âmbitos subjacentes ao conceito de “arquivos deslocados”. Por um lado, trata-se de um problema concernente ao estado ou estatuto dos conjuntos documentais removidos do local original, expressos *displaced archives, fugitive archives, removed archives, captured* e *migrated archives*; por outro, estamos também perante um problema relacionado com a propriedade deste tipo de bens (*custody, repatriation, replevin*). Analisaremos individualmente cada um destes conceitos em função dos contextos de utilização feitos pelos autores, a partir do *corpus* de textos escolhidos e conferidos na terminografia da especialidade.

(1) *Alienated records/archives* (documentos/arquivos alienados). A Sociedade dos Arquivistas Americanos define como “a record that has left the physical custody of its holder either illegally or extralegally” (Dictionary Working Group of the Society of American Archivists, 2018a). A terminografia arquivística de expressão portuguesa apenas realça “documento alienado” como “documento cedido, a qualquer título, a outro proprietário” (Alves *et al.*, 1993, p. 36). As ocorrências deste termo aparecem associados ao conceito de *replevin* (reivindicação), em casos de apropriação indevida de documentos públicos na posse de privados, analisado por Rhoads (1966), O’Neill (1979) e Mattern (2016). Outras variantes aparecem como *alienated archival materials* e *diasporic (archives)*, em Grimsted (1992, 1993a). No entanto, os fatores incoativos de desposseção subjacentes ao conceito de arquivos alienados não se restringem apenas ao roubo ou furto. A alienação de arquivos opõe-se ao princípio da inalienabilidade, de acordo com a terminologia arquivística, aplicado a arquivos públicos de tradição baseada no direito romano. Porém, Grimsted, baseando-se nos arquivos russos de proveniência soviética, especifica contextos diversos, como o excerto seguinte atesta:

1) illegally alienated from the fatherland by theft or wartime looting; 2) legitimately alienated by gifts or official presentations; 3) deliberately alienated by commercial sale by the state or undercover agents; 4) “justifiably” alienated for political or cultural preservation in the face of an alien regime; and 5) taken abroad as private property by émigrés or their families fleeing from oppression or economic catastrophe. (Grimsted, 1992, p. 107).

(2) *Archival claims* (contencioso arquivístico). De acordo com o Conselho Internacional de Arquivos, é definido como “conflicting claims of political or administrative entities regarding legal title to, custody of, and/or access to archives especially following changes in sovereignty, including decolonization and changes in territorial organisation” (International Council on Archives, 1984, p. 44). Na terminografia arquivística portuguesa, a sua presença é irregular, constando em Alves *et al.* (1993, p. 24) mas completamente ausente na norma portuguesa *NP 4041:2005* (Biblioteca Nacional de Portugal, 2010). No caso brasileiro, tais termos somente constam em duas publicações (Arquivo Nacional, 2005; Camargo e Bellotto, 1996). As ocorrências deste conceito no *corpus* de textos incluídos são escassas, manifestando-se, por vezes, como “disputed archival claims” (Grimsted, 1992, 1993a, 2010b, 2010a; Mnjama, 2007; Ngoepe e Netshakhuma, 2018). Grimsted faz referência a Kecskeméti (1977), reconhecendo que a resolução de casos de conflitos de custódia de arquivos é “complex and will be among the hardest to resolve fairly according to professional standards and international archival practice” (Grimsted, 1992, p. 106). Alguns autores apontam para a produção de substitutos como forma de resolver a disputa, dadas as insuficiências dos mecanismos legais existentes para os contextos não previstos nesses diplomas (Grimsted, 2010b). Mnjama refere, também, uma “issue of archival claims” como “commonly known by many archivists as migrated archives” (2007, p. 29). Também, este autor sugeriu que a produção de substitutos (como a microfilmagem) pode constituir-se como uma forma de resolução do problema. Contudo, a obsolescência dos suportes na produção de substitutos não foi tida em consideração, dado que pode trazer custos não previstos e suscitar novas reivindicações (Ngoepe e Netshakhuma, 2018).

(3) *Captured records/archives* (arquivos/documentos capturados). A maior parte dos *instrumenta* terminográficos remete para *removed archives* (arquivos removidos) (International Council on Archives, 2004, 2013; Pearce-Moses, 2005, p. 15). Arquivos capturados têm sido aplicados nos artigos analisados especialmente em contextos de conflito armado, decorrentes da II Guerra Mundial, das reivindicações das comunidades judias afetadas pelo confisco nazi, da secessão de Estados (Rússia e ex-regiões sob domínio soviético) e Guerra no Médio Oriente. Trata-se de um termo que concorre com *seized archives* (arquivos confiscados) (Kecskeméti, 1992; Cox, 2010) e *displaced archives* (Grimsted, 1993a).

(4) *Custody* (custódia). O Conselho Internacional de Arquivos define como “The responsibility for the care of documents based on their physical possession. custody does not always include legal ownership, or the right to control access to records” (International Council on Archives, 2004). Trata-se de um conceito axial para a Arquivologia, presente na terminografia arquivística de expressão portuguesa. Porém, os contextos de aplicação nos textos incluídos são diversos. Badger aplica este conceito para o caso dos *migrated archives*, designadamente em torno dos problemas supervenientes de “how the accountable documents in his custody had been destroyed” (2012, p. 14), ao referir-se a práticas realizadas por instituições coloniais britânicas. Outros autores aplicam o conceito em casos que opõe ex-colónias britânicas ao Reino Unido (Banton, 2012b; Sato, 2017; Karabinos, 2018); de arquivos capturados para suportar atividades de inteligência em contexto de conflito armado pela potência ocupante (Glenn, 1962; Brower, 1963; Cox, 2010; Montgomery, 2013, 2014, 2015); de problemas de restituição à comunidade ou instituição originária e manutenção da sua integridade (Wurl, 2005; Cox, 2011; Kahunde, 2012; Mattern, 2016; Delva, 2018) ou como resultado de uma transferência para instituição arquivística que, por vezes, não detém competência jurisdicional pela sua custódia (Grimsted, 1993b; Iacovino, 2010). A questão da custódia arquivística também se coloca, como tópico emergente, em recursos informacionais na nuvem, em questões relacionadas com a propriedade intelectual (Heuman, 2013).

(5) *Displaced archives* (arquivos deslocados). A Sociedade de Arquivistas Americanos define este conceito como “records of continuing value that have been removed from the control of

their rightful owner” (Dictionary Working Group of the Society of American Archivists, 2018b). O Conselho Internacional de Arquivos apresenta uma definição mais extensa, no quadro dos arquivos para a proteção de direitos humanos, definido como:

Arquivos que foram transferidos e estão sob a custódia de pessoa ou instituição que, legalmente, não tem direito a eles. Inclui arquivos removidos do país em que foram originalmente acumulados e arquivos capturados” (Conselho Internacional de Arquivos, 2016, p. 16)

Na terminografia arquivística de expressão portuguesa, o termo encontra-se atestado somente em Camargo e Bellotto (1996). As ocorrências deste termo no *corpus* de artigos encontram-se relacionadas com o acesso (Cox, 2010) ou localização (Ngoepe e Netshakhuma, 2018), com os problemas supervenientes da descolonização (Karabinos, 2013) ou associado aos problemas de repatriação (Namhila, 2016). A respeito disto, Grimsted (2001) considera que os arquivos deslocados devem ser abordados de forma distinta em relação a outra tipologia de bens móveis culturais (de museu ou de biblioteca).

(6) *Fugitive archives* (arquivos fugitivos). A maior parte dos *instrumenta* terminográficos do Conselho Internacional de Arquivos remete para *removed archives* (International Council on Archives, 1984, p. 75, 2013). Considera, ainda, “incorrectly called fugitive archives” (International Council on Archives, 1984, p. 135), apesar de já atestado em Adams (1939, 1940). De acordo com Pearce-Moses, “When used of documents or records, fugitive connotes materials that are not held by the designated archives or library charged with their preservation” (Pearce-Moses, 2005, p. 179). Trata-se de um conceito que a terminografia arquivística de expressão portuguesa desconhece. As ocorrências deste termo no conjunto de textos incluídos são residuais, associado a arquivos literários (Grimsted, 1993a). Trata-se de um conceito utilizado especialmente em contexto de conflito armado.

(7) *Migrated archives* (arquivos migrados). A maior parte dos *instrumenta* terminográficos do Conselho Internacional de Arquivos tem preferência para *removed archives* (International Council on Archives, 1984, p. 105, 2013). Pearce-Moses apresenta como “The archives of a country that have moved from the country where they were originally accumulated; removed archives” (2005, p. 252). Trata-se de um conceito inexistente na terminografia arquivística de expressão portuguesa, que traduzido pode conflitar com a acepção de migração de arquivos como processo associado à preservação digital. As ocorrências deste termo no *corpus* de textos incluídos são muito elevadas. Alguns autores atribuem a Shitla Prasad, diretor dos Arquivos Nacionais da Índia, a criação deste conceito numa comunicação apresentada em 1972 (Banton, 2012b). Grande parte dos artigos que se versam sobre os denominados *migrated archives* incide na disputa pela repatriação de arquivos às antigas colônias britânicas (hoje países independentes) (Mnjama, 2007; Anderson, 2011; Badger, 2012; Banton, 2012b; Anderson, 2015; Bailkin, 2015; Elkins, 2015; Rawlings, 2015; Namhila, 2016; Sato, 2017; Karabinos, 2018). Os artigos que se versaram sobre o caso dos *migrated archives* referenciam o relatório de Cary (2011), especificamente para os arquivos produzidos e acumulados originalmente nas antigas colônias britânicas e removidas quando do processo de descolonização, conforme diz:

records from nearly forty former British colonies that were sent to London on the eve of independence and hidden in a Foreign Office warehouse for almost fifty years, where their existence was unknown to the public (Karabinos, 2015, pp. 387–388).

(8) *Removed archives* (arquivos removidos). A maioria dos *instrumenta* terminográficos do Conselho Internacional de Arquivos apresenta preferência por esta denominação. É definido como arquivos “removed from the country in which they were originally accumulated” ou “removed from official custody or from the country in which they were originally accumulated” (International Council on Archives, 1984, p. 135). Na terminografia arquivística brasileira aparece como termo

preferencial (Cunha e Cavalcanti, 2008; Nagel, 1989). As manifestações nos textos incluídos, porém, são escassas, associadas à restituição e fenômenos de ocultação deliberada (Kecskeméti, 1992; Cox, 2010).

(9) *Repatriation* (repatriação). A Sociedade dos Arquivistas Americanos define como “the return of cultural materials (particularly archival records) to the country or people who created them” (Dictionary Working Group of the Society of American Archivists, 2018c). Apesar de *return* (retorno) e *restitution* (restituição) serem termos aplicados com maior frequência nos artigos incluídos, encontram-se relacionados, respetivamente, com *migrated archives* e *captured* ou *seized archives*.

De acordo com Cornu e Renold, o termo *restitution* (restituição) aplica-se a casos de roubos ou pilhagens em contexto de conflito armado, enquanto *return* (retorno) “is preferred for property displaced for the benefit of the colonial power and restored to its country of origin, and also for cases of unlawful export” (2010, p. 2). *Repatriation*, segundo estes autores, consiste numa “specific form of restitution (...) either to the country where the cultural property belongs or to the ethnic group that owns it” (2010, p. 2). A terminografia portuguesa manifesta preferência por “restituição” (Alves *et al.*, 1993, p. 87), enquanto no caso brasileiro apenas se conhece como “domicílio legal do documento” (Camargo e Bellotto, 1996, p. 32).

No caso dos arquivos, estes conceitos são aplicados operacionalmente no âmbito legal, em função dos contextos etiológicos de despossessão (descolonização, secessão, conflito armado, tráfico ilícito, etc.). A determinação da custódia de arquivos constitui um elemento essencial para o processo de repatriação, que não se restringe apenas a um aspeto territorial mas a uma vinculação dos bens culturais em relação à comunidade reivindicante (Wurl, 2005; Iacovino, 2010).

Apesar de os muitos casos apresentados pelos autores dizerem respeito a conflitos de caráter internacional, há também casos subnacionais ou intranacionais (Frick, 2015; Hill, 2017). Um dos aspetos mais relevantes do *corpus* de artigos incluídos consiste na repatriação de arquivos sonoros e audiovisuais como estratégia para revitalização de comunidades em situação de vulnerabilidade, como as comunidades indígenas (Frick, 2015; Heuman, 2013; Hilder, 2012; Kahunde, 2012; Lancefield, 1998; Nannyonga-Tamusuza e Weintraub, 2012; Treloyn *et al.*, 2016; Vallier, 2010). Contudo, a restituição de arquivos pode suscitar problemas éticos em termos de acesso, direito à memória e conservação, questões identificadas por Iacovino (2010).

(10) *Replevin* (reivindicação). Os *instrumenta* terminográficos definem este conceito como uma “legal action for the recovery of records/archives by an agency, organization or individual claiming ownership of them” (International Council on Archives, 1984, p. 136). Trata-se de um processo de restituição de arquivos ou de documentos públicos na posse de privados (Rhoads, 1966; O’Neill, 1979; Mattern, 2016), na maior parte das vezes em contexto intranacional. O processo de reivindicação, segundo Mattern, ocorre em seis etapas: descoberta, identificação, seleção, negociação, determinação da custódia e incorporação ou reintegração. Trata-se de um conceito jurídico frequente no sistema arquivístico norte-americano.

É preciso considerar, também, que outros conceitos emergiram na presente prospeção de literatura. É o caso de *expatriate(d) archives* (arquivos expatriados), considerado como um neologismo criado por Lovering (2009, 2017) para referir-se a casos específicos de arquivos que ficaram “sem pátria” (como a ex-Jugoslávia e a ex-Rodésia), distinto dos fenômenos de secessão de Estados (Dictionary Working Group of the Society of American Archivists, 2018b).

Nesta ordem de ideias, os denominados arquivos na diáspora (*diasporic archives*) constituem uma outra ocorrência, focalizada tanto nos arquivos dispersos entre as comunidades

migrantes (Grimsted, 1993a; Montgomery, 2013; Ngoepe e Netshakhuma, 2018; Niessen, 2018; Schenkolewski-Kroll, 2016), como nos conjuntos documentais da mesma entidade produtora (por vezes voluntariamente) deslocados e na custódia de diversas entidades custodiantes (nacional ou internacional).

Ainda, novos conceitos emergiram no conjunto de artigos incluídos, como *colonial archives* (arquivos coloniais), *seized archives* (arquivos confiscados) e *looting* ou *plunder archives* (arquivos saqueados), embora sejam termos ausentes da terminografia arquivística de expressão inglesa e de expressão portuguesa. Os arquivos coloniais, conforme acima exposto, encontram-se vinculados ao fenómeno dos *migrated archives* (Bastian, 2006; Trundle, 2011; Rawlings, 2015).

Conforme exposto, o quadro concetual em torno dos denominados “arquivos deslocados” é diverso, dependente dos contextos sociais e históricos muito específicos de cada país ou região. A relação deste conceito hiperonímico com os princípios arquivísticos não é evidente entre os diversos autores analisados. Embora os princípios arquivísticos referenciados por Kecskeméti (1977) – considerando apenas a proveniência territorial, soberania retroativa, pertinência funcional – constituam um ponto de partida para a resolução de conflitos de custódia, tais preceitos têm sido escassamente explorados nos estudos incluídos. Excecionalmente, Grimsted (1993a) relacionou os princípios da proveniência e da pertinência com as estratégias para a representação da informação arquivística em instrumentos de pesquisa. De facto, o principal problema subjacente aos arquivos deslocados está na sua identificação e em como as entidades custodiantes esclarecem ou obscurecem a proveniência dos conjuntos documentais representados nesses instrumentos de acesso. Até que ponto as garantias literárias para a descrição da informação arquivística são suficientes para determinação de quais os conjuntos documentais (na custódia total de uma entidade ou dispersos entre várias entidades custodiantes) se encontram na condição de deslocados? Pode a reunificação digital ser um critério fungível à reunificação física? De qualquer forma, os problemas relacionados com os arquivos deslocados não se limitam apenas ao acesso à informação: trata-se, também, de acesso ao património arquivístico.

Podemos considerar que o princípio da proveniência territorial – definido como arquivos que “devem ser mantidos sob a jurisdição arquivística do território onde foram produzidos” (Biblioteca Nacional de Portugal, 2010, p. 395) ou que “deveriam ser conservados em serviços de arquivo do território no qual foram produzidos, excetuados os documentos elaborados pelas representações diplomáticas ou resultantes de operações militares” (Arquivo Nacional, 2005, p. 141) – constitui um argumento forte para a resolução dos arquivos deslocados. Contudo os arquivos deslocados não podem ser reduzidos apenas a uma repriminção da proveniência territorial, por vários motivos: as fronteiras político-administrativas mudam ao longo do tempo e as comunidades mobilizam-se, deslocam-se, diluem-se ou, ainda, extinguem-se. A principal dificuldade no cumprimento deste princípio ocorre em casos intranacionais, onde existem tensões, por exemplo, em entidades arquivísticas regionais ou locais que reclamam a repatriação de bens culturais a entidades custodiantes nacionais. Note-se que utilizamos repatriação, dado que o étimo não se limita à restituição de arquivos entre nações soberanas mas entre comunidades e povos que partilham o mesmo país. Por exemplo, muitos dos casos dos *migrated archives* tiveram origem em contexto intranacional, hoje casos internacionais. Além disto, as potências colonizadoras também produziram informação sobre as suas possessões territoriais fora delas, mas que são também objeto de reivindicação pelas comunidades. Sobre isto, a invocação do princípio da pertinência territorial é rejeitado por Kecskeméti, por discordar a ideia de que:

[...] archives created within a given territory, by the administrations managing that territory, are attached to the said territory and form part of the heritage of the community inhabiting it (Kecskeméti, 1977, p. 25).

É por esta razão que o autor do relatório manifesta preferência pelo princípio da pertinência funcional, realçando que:

[...] change of sovereignty [...], or transfer of population, the transfer of powers, responsibilities and competencies must be accompanied by the transfer of titles, proofs and information which will render the exercise of these powers and responsibilities possible. (Kecskeméti, 1977, p. 25).

No entanto, o cumprimento deste princípio apenas assegura a custódia da documentação em fase ativa e semi-ativa ao território nascituro, enquanto a documentação inativa ou histórica permanece como parte integrante da força “ocupante” quando exerceu soberania sobre o território ocupado. Esta “medida conciliatória” pode, por vezes, afetar a unicidade e a integridade dos fundos e, conseqüentemente, na dificuldade de representação reunificada destes conjuntos documentais dispersos entre diversas instituições custodiantes ou na diáspora.

Em última análise, longe de soluções consensuais, a relação entre os conceitos e os princípios arquivísticos depende das etiologias de desposseção de bens arquivísticos. Os arquivos deslocados não podem ser entendidos apenas como “arquivos no lugar errado”. Considera-se que a análise do problema será mais produtiva se explorada fenomenologicamente em torno das etiologias de desposseção de bens culturais.

5.1.2 *Temas e métodos*

Entre os autores mais produtivos e com maior impacto, conforme vimos, em torno dos “arquivos deslocados”, está Grimsted (1971, 1982, 2006, 2010b, 2010a, 1987, 1991b, 1991a, 1992, 1993a, 1993b, 2001, 2005). A sua produção científica aborda questões de confisco e deslocamento de arquivos europeus no durante e pós-II Guerra Mundial para a antiga União Soviética, a secessão de Estados na década de 1990 e problemas de restituição de bens culturais sob custódia russa (arquivos, bibliotecas e museus). Em segundo lugar, Montgomery (2011, 2013, 2014, 2015) centrou-se nos temas de confisco e restituição de arquivos em contexto de conflito armado, capturados para fins de informação de inteligência, pelos Estados Unidos da América aos países do Médio Oriente, com realce para a Guerra do Golfo. Nesta sequência, Karabinos (Karabinos, 2013, 2015, 2018) incidiu a sua investigação nos problemas pós-coloniais concernentes aos denominados “arquivos migrados” em contexto colonial, com enfoque para casos entre Indonésia *versus* Países Baixos e Quênia *versus* Reino Unido. Sobre os arquivos migrados de ex-colónias britânicas e regiões do sudeste asiático, verifica-se a presença de um número significativo de estudos (Anderson, 2011, 2015; Badger, 2012; Bailkin, 2015; Banton, 2012b; Ngoepe e Netshakhuma, 2018; Phillips, 2016; Rawlings, 2015). Deve-se realçar que uma parte significativa das disputas pela repatriação de arquivos tem origem em regiões insulares, quer se encontrem na condição atual de Estados independentes quer subordinados à soberania de um Estado mas munidos com um estatuto político-administrativo especial (*u. g.*, Regiões Autónomas). Porém, grande parte dos autores que se versaram sobre os denominados “arquivos migrados” não relacionou este fenómeno como integrante de casos ocorridos em contexto intranacional.

Um segmento emergente está nos arquivos sonoros e audiovisuais, com enfoque para a repatriação como estratégia revitalização de culturas e comunidades em perigo ou em situação de vulnerabilidade (Frick, 2015; Heuman, 2013; Hilder, 2012; Kahunde, 2012; Lancefield, 1998; Nannyonga-Tamusuza e Weintraub, 2012; Treloyn *et al.*, 2016; Vallier, 2010). Um outro exemplo análogo, na ótica do *archival turn* (Ketelaar, 2017), consiste na transposição dos mecanismos de repatriação de arquivos aplicados aos bancos de sementes como elementos importantes para o apoio à revitalização de comunidades indígenas (Hill, 2017).

É possível perceber em quase todos os estudos incluídos que o tópico “arquivos deslocados” constitui um tema emergente na crítica pós-colonial e pós-custodial (Stoler, 2002;

Bastian, 2006; Stoler, 2009; Karabinos, 2018). Os “arquivos migrados” constituem um tema fundamental da crítica pós-colonial, graças aos estudos teóricos sobre a subalternidade, propostos por Spivak (1999), e sobre epistemologia colonial e crítica da raça e de gênero de Stoler (2002, 2008). Sublinhe-se o recurso ao *records continuum*, utilizado como ferramenta interpretativa para a compreensão do fenômeno dos “arquivos migrados” (Karabinos, 2018). O anexo 3 apresenta uma síntese dos aspetos aqui focados.

Do ponto de vista dos métodos aplicados, sendo os “arquivos deslocados” fenômenos complexos, verifica-se a prevalência dos métodos qualitativos. Cerca de 50,0% (n=35) dos artigos recorreram ao método histórico, com prevalência para o método arquivístico ou documental (Hill, 1993; Ventresca e Mohr, 2017). Os artigos recuperados materializam-se em análises históricas (Brower, 1963; Kecskeméti, 1992; Grimsted, 1992, 1993b, 1993a, 2005, 2010b, 2010a; Cox, 2011; Banton, 2012b; Melamed, 2012; Karabinos, 2013, 2015; Montgomery, 2014; Anderson, 2015; Radeljic, 2015; Rawlings, 2015; Phillips, 2016; Sato, 2017; Coeuré, 2017), ensaios ou ensaios opinativos (Glenn, 1962; Rhoads, 1966; O’Neill, 1979; Wurl, 2005; Badger, 2012; Bailkin, 2015; El Shakry, 2015; Elkins, 2015; Shepard, 2015; Niessen, 2018) e estudos de caso narrativos (Grimsted, 2001, 2006; Montgomery, 2013, 2015; Schenkolewski-Kroll, 2016). Outros artigos (20,0%; n=14) mencionam o recurso aos estudos de caso como método (Anderson, 2011; Barber, 2012; Boserup, 2005; Delva, 2018; Grimsted, 1991; Heuman, 2013; Kahunde, 2012; Karabinos, 2018; Mattern, 2016; Montgomery, 2011; Namhila, 2016; Nannyonga-Tamusuza e Weintraub, 2012; Sinkoff, 2016; Treloyn e Emberly, 2013), para além dos já mencionados *supra*. É de realçar o recurso ao modelo modificado de *records continuum* como ferramenta interpretativa para a análise dos denominados *migrated archives* (Karabinos, 2018). A análise concetual e teórica ocupa 7,1% (n=5) (Kecskeméti, 1985; Lancefield, 1998; Bastian, 2006; Cox, 2010; Hill, 2017). Cerca de 5,7% (n=4) dos artigos recuperados recorreram a métodos etnográficos e auto-etnográficos (Vallier, 2010; Trundle, 2011; Hilder, 2012; Treloyn, Martin e Charles, 2016). Com menor frequência, alguns autores optaram pelos métodos de investigação-ação participativa (2,8%, n=2) (Iacovino, 2010; Frick, 2015); o inquérito/entrevista (Ngoepe e Netshakhuma, 2018), a revisão de literatura cinzenta (Mnjama, 2007) e ensaio literário (Redman, 1979).

Em síntese, os arquivos deslocados não podem ser dissociados da história das instituições arquivísticas. Diversos mecanismos (legais e extra-legais) de aquisição de arquivos encontram-se fundamentados em torno de conceitos de “memória”, “cânone arquivístico” e “preservação”, constituindo argumentos fortes para justificar fenômenos de despossessão de bens culturais. Contudo, as tensões pela custódia de arquivos não se limitam a disputas internacionais. Tais tensões existem em contexto intranacional, porém com menor visibilidade, não significando com isto que sejam menos importantes. Por esse motivo, a análise pode ser produtiva no estudo dos “arquivos dos arquivos”, por conterem elementos indispensáveis sobre percursos custodiais e estratégias para a aquisição de bens.

5.2 Limitações

A presente síntese de literatura subordinada ao tópico “arquivos deslocados” possui várias limitações. Em primeiro lugar, as fontes de informação cingiram-se aos dados obtidos pela WoS e apenas a artigos científicos publicados em inglês. A exclusão de textos que não se encontrem em inglês pode contribuir para a subrepresentação de contributos científicos importantes sobre o tópico. Por exemplo, textos e autores fundamentais como Kecskeméti (1977) e Auer (1998) são escassamente referenciados nos artigos incluídos. De igual forma, estudos especializados mais recentes, como, por exemplo, Gunderson, Lancefield e Woods (2018), Lowry (2017a), Winn (2015) e Danieldson (2013) não foram devolvidos pela WoS nos critérios de pesquisa adotados. A literatura

cinzenta ficou excluída, especialmente relatórios e outros instrumentos emanados pelo Conselho Internacional de Arquivos. O recurso à *WoS* está estreitamente relacionado com a seleção das ferramentas computacionais de suporte à análise bibliométrica e de visualização de conteúdo, por proporcionar um ambiente controlado. Como tal, o propósito de um mapeamento de literatura consiste em identificar lacunas. Apontámos, desde já, para a necessidade de uma revisão sistemática mais aprofundada sobre este tópico (Colquhoun *et al.*, 2014; Munn, Peters, *et al.*, 2018).

Verificámos que a maior parte dos artigos incluídos não apresenta uma definição clara e fundamentada dos conceitos e termos empregues nos textos em relação ao conjunto de casos reportados. São poucas as exceções (u. g., Mattern, 2016), onde os conceitos utilizados se encontram fundamentados em garantias literárias. Sendo os “arquivos deslocados” um problema de ordem concetual, vários autores adotaram denominações diversas para o mesmo fenómeno, como “displaced, captured, or “trophy” archives” (Grimsted, 2001, p. 222). Esta questão também é realçada em relação aos estudos mais recentes (u. g. Lowry, 2017a):

Garaba [...] refers to these records as ‘fugitive archival materials’, while Lowry [...] refers to them as displaced archives, Mnjama [...] calls them ‘migrated archives’ and Gilliland [...] refers to them as ‘diasporic archives’ (Ngoepe e Netshakhuma, 2018, p. 53).

Outro aspeto que permanece dúbio no conjunto de textos incluídos consiste na questão da repatriação digital como mecanismo fungível à repatriação física dos arquivos aos países ou comunidades reivindicantes. Embora não se possa estabelecer uma relação direta de causa-efeito, importa ter em conta que a digitalização e a disponibilização na *web* de conjuntos documentais poderão suscitar perplexidades junto das comunidades desapossadas e, com isto, suscitar novos casos de contencioso arquivístico. Como já apontámos acima, os problemas de restituição de arquivos não se resumem ao acesso à informação mas também ao acesso ao património ou herança documental reclamado por uma comunidade.

Outra limitação consiste na predominância do uso do tópico em relação aos arquivos analógicos, sendo escassas as referências para os arquivos na nuvem, que podem constituir novos problemas sobre questões de propriedade intelectual e de soberania de informação.

Pudemos verificar, em última análise, que o debate ou o estudo deste tema na comunidade arquivística lusófona é inexistente ou residual, não significando com isto que não existam casos internacionais e intranacionais complexos.

Determinar o estado ou estatuto destes bens arquivísticos reclamados é essencial para a determinação de soluções (Lowry, 2017b). Dadas as insuficiências demonstradas no recurso a ferramentas jurídico-normativas para a resolução deste tipo de casos, é necessário interpelar à comunidade científica a refletir em que medida a Ciência da Informação, em especial a Arquivologia, pode oferecer um contributo relevante para a compreensão deste fenómeno.

6 Conclusões

Este artigo realizou um mapeamento de literatura em torno do tópico “arquivos deslocados”. Trata-se de um tema escassamente explorado na literatura arquivística de expressão portuguesa. Como tal, o principal contributo deste estudo consiste em realizar uma síntese de conhecimento de literatura, partindo dos dados extraídos da *WoS*.

O processo de seleção de textos teve como ponto de partida a terminografia de expressão inglesa que, ao contrário da portuguesa, possui uma variedade de termos para denominar um mesmo fenómeno. Dos 70 artigos incluídos para análise, há uma predominância de estudos qualitativos materializados em análises históricas ou em estudos de casos, para caraterizar

fenômenos como a descolonização, a secessão de Estados, o conflito armado, o tráfico ilícito, que pode ocorrer tanto em contexto internacional como intranacional.

Os princípios epistemológicos da Arquivística (proveniência, pertinência, ordem original, integridade, etc.) e os “arquivos deslocados”, já explorado por Kecskeméti (1977), encontram-se interrelacionados, uma vez que as vicissitudes históricas e sócio-políticas que originaram fenômenos de desposseção de bens arquivísticos em quase toda a Europa possibilitaram o aprofundamento teórico da Arquivística. Não podemos dissociar o princípio da proveniência ou do *respect des fonds* das circunstâncias que conduziram à promulgação da circular de 1841 (France, 1841) por Natalis de Wailly, pois a deslocalização massiva de arquivos para um mesmo ponto ainda se fazia sentir como consequência de atos ocorridos durante a Revolução Francesa e das incursões napoleônicas. Portanto, os arquivos deslocados constituem, em certa medida, um epifenômeno que está na base da formulação dos princípios arquivísticos.

Além disto, os “arquivos deslocados” não podem ser reduzidos apenas a um problema de jurisdição territorial, como a denominação pode surgir. Os “arquivos deslocados” constituem um fenômeno de desposseção de bens culturais às comunidades, especialmente como afeta ao seu direito de acesso à informação e direito à memória.

Referências

- Adams, R. (1939). The Character and Extent of Fugitive Archival Material. // *The American Archivist*. 2:2 (1939) 85–96. doi: 10.17723/aarc.2.2.60156g49p2h31hw9.
- Adams, R. (1940). Fugitive archives: a national problem. // *Quarterly review: A journal of university perspectives*. 46:19 (1940) 217–226. <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015071119625eview=1upeseq=296>.
- Alves, I.; Ramos, M. M. O.; Garcia, M. M., Pereira, M. O. A.; Lomelino, M. P.; Nascimento, P. C. (1993). *Dicionário de terminologia arquivística*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, Organismo de Normalização Sectorial para a Informação e Documentação, 1993.
- Anderson, D. M. (2011). Mau Mau in the High Court and the «Lost» British Empire Archives: Colonial Conspiracy or Bureaucratic Bungle? // *The Journal of Imperial and Commonwealth History*. 39:5 (2011) 699–716. doi: 10.1080/03086534.2011.629082.
- Anderson, D. M. (2015). Guilty Secrets: Deceit, Denial, and the Discovery of Kenya’s ‘Migrated Archive’. // *History Workshop Journal*. 80: (2015) 142–160. doi: 10.1093/hwj/dbv027.
- Aria, M.; Cuccurullo, C. (2017). Bibliometrix: An R-tool for comprehensive science mapping analysis. // *Journal of Informetrics*, 11(4), 959–975. <https://doi.org/10.1016/J.JOI.2017.08.007>.
- Arksey, H.; O’Malley, L. (2005). Scoping studies: towards a methodological framework. // *International Journal of Social Research Methodology*. 8:1 (2005) 19–32. doi: 10.1080/1364557032000119616.
- Arquivo Nacional. (2005). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- Auer, L. (1998). *Disputed archival claims: analysis of an inter-national survey: a RAMP study*. Paris: Unesco, 1998.
- Badger, A. (2012). Historians, a legacy of suspicion and the ‘migrated archives’. // *Small Wars e Insurgencies*. 23:4–5-SI (2012) 799–807. doi: 10.1080/09592318.2012.709761.
- Bailkin, J. (2015). Where Did the Empire Go? Archives and Decolonization in Britain. // *The American Historical Review*. 120:3 (2015) 884–899. doi: 10.1093/ahr/120.3.884.
- Baker, L. M. (2008). *Unobtrusive Research*. // Given, L. M. (ed.) (2008). *The SAGE Encyclopedia of Qualitative Research Methods*. Thousand Oaks California: SAGE Publications, 2008. 904–906

- Banton, M. (2012a). 'Lost' and 'found': the concealment and release of the Foreign and Commonwealth Office 'migrated archives'. // *Comma*. 2012:1 (2012a) 33–46. doi: 10.3828/comma.2012.1.04.
- Banton, M. (2012b). Destroy?'Migrate'? Conceal? British Strategies for the Disposal of Sensitive Records of Colonial Administrations at Independence. // *The Journal of Imperial and Commonwealth History*. 40:2 (2012b) 321–335.
- Barber, S. (2012). Who owns knowledge? Heritage, intellectual property and access in and to the history of Antigua and Barbuda. // *Archival Science*. 12:1 (2012) 1–17. doi: 10.1007/s10502-011-9141-6.
- Barité, M. (2017). Literary warrant. // Birger, H. (ed.) (2017). *Encyclopedia of Knowledge Organization*. ISKO. Disponível em https://www.isko.org/cyclo/literary_warrant. (acedido a 2019-11-08).
- Barkan, E. (2002). Amending Historical injustices: the restitution of Cultural property – an overview. // Barkan, Elazar; Bush R. (eds.) (2002). *Claiming the stones/naming the bones: cultural property and the negotiation of national and ethnic identity*. Los Angeles, CA: Getty Research Institute, 2002. 16–46.
- Bastian, J. A. (2006). Reading Colonial Records Through an Archival Lens: The Provenance of Place, Space and Creation. // *Archival Science*. 6:3–4 (2006) 267–284. doi: 10.1007/s10502-006-9019-1.
- Belcher, G.; Boardman, J.; Clair, W. St.; Cornu, M. F.; Brown, M.; Flynn, T.; Wickramasinghe, N. (2016). *Cultural Heritage Ethics : Between Theory and Practice*. Cambridge: Open Book Publishers, 2016.
- Biblioteca Nacional de Portugal. (2010). *Normas portuguesas de documentação e informação CT 7*. Lisboa: BNP : IPQ, 2010.
- Boardman, J. (2016). 'National' Heritage and Scholarship. // Belcher, G.; Boardman, J.; St. Clair, W.; Cornu, M.; Brown, M. F.; Flynn, T., Wickramasinghe, N. (eds.) (2016). *Cultural Heritage Ethics : Between Theory and Practice*. Cambridge: Open Book Publishers, 2016. 131–134.
- Booth, A. (2006). "Brimful of STARLITE": toward standards for reporting. // *J Med Lib Assoc*. 94: October (2006) 421–430. Obtido de <http://www.pubmedcentral.nih.gov/articlerender.fcgi?artid=1629442etool=pmcentrezrenderertype=abstract>.
- Booth, A.; Sutton, A.; Papaioannou, D. (2016). *Systematic approaches to a successful literature review*. London: SA-GE, 2016.
- Boserup, I. (2005). The Manuscript and the Internet: digital repatriation of cultural heritage. // *IFLA Journal*. 31:2 (2005) 169-173. doi: 10.1177/0340035205054881.
- Brower, P. (1963). The United-States Armys Seizure and Ad-ministration of Enemy Records Up to World-War-II. // *The American Archivist*. 26:2 (1963) 191–207.
- Camargo, A. M. de A.; Bellotto, H. L. (eds.) (1996). *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura, 1996.
- Cary, A. (2011). *Cary report on release of the colonial administration files: independent report*. 2011.
- Chechi, A. (2014). *The settlement of international cultural heritage disputes*. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- Chen, C. (2017). Science Mapping: A Systematic Review of the Literature. // *Journal of Data and Information Science*. 2:2 (2017) 1–40. doi: 10.1515/jdis-2017-0006.
- Coeuré, S. (2017). Cultural Looting and Restitution at the Dawn of the Cold War: The French Recovery Missions in Eastern Europe. // *Journal of Contemporary History*. 52:3 (2017) 588–606. doi: 10.1177/0022009416658700.
- Colquhoun, H. L.; Levac, D.; O'Brien, K. K.; Straus, S.; Tricco, A. C.; Perrier, L.; Moher, D. (2014). Scoping reviews: time for clarity in definition, methods, and reporting. // *Journal of Clinical Epidemiology*. 67:12 (2014) 1291–1294. doi: 10.1016/j.jclinepi.2014.03.013.
- Conselho Internacional de Arquivos. (2016). *Princípios básicos sobre o papel dos arquivistas na defesa dos direitos humanos: documento de trabalho do Conselho Internacional de Arquivos*. Paris: Conselho In-

- ternacional de Arquivos. Disponível em: https://www.ica.org/sites/default/files/ica-hrwg--principios_basicos_sobre_papel_arquivistas_rev_final_07112016_Portuguese.pdf. (acedido a 2019-11-08).
- Cooper, C.; Booth, A.; Varley-Campbell, J.; Britten, N.; Garside, R. (2018). Defining the process to literature searching in systematic reviews: a literature review of guidance and supporting studies. // *BMC Medical Research Methodology*. 18:85 (2018) 2–14. doi: 10.1186/s12874-018-0545-3.
- Corens, L. (2016). Dislocation and record-keeping: the counter archives of the Catholic diaspora. // *Past e Present*. 230:11 supl. (2016) 269–287. doi: 10.1093/pastj/gtw021.
- Cornu, M.; Renold, M.-A. (2010). New Developments in the Restitution of Cultural Property: Alternative Means of Dispute Resolution. // *International Journal of Cultural Property*. 17:1 (2010) 1–31. doi: 10.1017/S0940739110000044.
- Cox, D. (2010). Archives and records in armed conflict: international law and the current debate over iraqi records and archives. // *Catholic University Law Review*. 59:4 (2010) 1001–1056.
- Cox, D. (2011). “Inalienable” archives: Korean royal archives as French property under international law. // *International Journal of Cultural Property*. 18:4 (2011) 409–423. doi: 10.1017/S0940739111000245.
- Cox, D. (2017). Revisiting the Law and Politics of Compromise. // Lowry, J. (ed.) (2017). *Displaced Archives*. New York: Routledge, 2017. 196–214.
- Cunha, M. B. da; Cavalcanti, C. R. (2008). *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2008
- Danielson, E. S. (2013). Archives and the Ethics of Replevin. // *Journal of Information Ethics*. 22:2 (2013). Obtido de <https://www.questia.com/library/journal/1P3-3619708851/archives-and-the-ethics-of-replevin>.
- Delva, M. (2018). Decolonizing the Prisons of Cultural Identity: Denominational Archives and Indigenous «Manifestations of Culture». // *Toronto Journal of Theology*. 34:1 (2018) 3–20. doi: 10.3138/tjt.2017-0016.
- Dictionary Working Group of the Society of American Archivists. (2018a). alienated record. Disponível em: <https://us3.campaign-archi-ve.com/?u=56c4cfbec1ee5b2a284e7e9d6eid=a655c2a745>. (acedido a 2019-11-08).
- Dictionary Working Group of the Society of American Archivists. (2018b). displaced archives. Disponível em: <https://us3.campaign-archi-ve.com/?u=56c4cfbec1ee5b2a284e7e9d6eid=1993e03415>. (acedido a 2019-11-08).
- Dictionary Working Group of the Society of American Archivists. (2018c). repatriation. Disponível em: https://mailchi.mp/archivists/word-of-the-week-repatriation-2018-04-17?fbclid=IwAR3lxfQHjJzq_0RgTgVtbFNfDRbpeOrf_noEal9C9ApyN6BqLeRF4OexmCA. (acedido a 2019-11-08).
- Duranti, L.; Franks, P. (2015). *Encyclopedia of archival science*. Lanham: Rowman e Littlefield, 2015
- El Shakry, O. (2015). «History without Documents»: The Vexed Archives of Decolonization in the Middle East. // *American Historical Review*. 120:3 (2015) 920–934. doi: 10.1093/ahr/120.3.920.
- Elkins, C. (2015). Looking beyond Mau Mau: Archiving Violence in the Era of Decolonization. // *American Historical Review*. 120:3 (2015) 852–868. doi: 10.1093/ahr/120.3.852.
- Fishman, J. P. (2010). Locating the International Interest in Intranational Cultural Property Disputes. // *Yale Journal of International Law*. 35:2 (2010) 347–404.
- France. Ministère de l’Intérieur. (1841). *Rapport au roi sur les archives départementales et communales*. Paris: Imprimerie et Librairie Administratives de Paul Dupont et Cie., 1841.
- Frick, C. (2015). Repatriating American film heritage or heritage hoarding? Digital opportunities for traditional film archive policy. // *Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies*. 21:1 (2015) 116–131. doi: 10.1177/1354856514560999.

- Genovese, T. R. (2016). Decolonizing Archival Methodology: Combating hegemony and moving towards a collaborative archival environment. // *AlterNative: An International Journal of Indigenous Peoples*. 12:1 (2016) 32–42. doi: 10.20507/AlterNative.2016.12.1.3.
- Glenn, B. (1962). Private records seized by the United-States in wartime - their legal status. // *The American Archivist*. 25:4 (1962) 399–405.
- Grant, M. J.; Booth, A. (2009). A typology of reviews: an analysis of 14 review types and associated methodologies. // *Health Information e Libraries Journal*. 26:2 (2009) 91–108. doi: 10.1111/j.1471-1842.2009.00848.x.
- Grimsted, P. (1971). Archives in the Soviet Union: Their Organization and the Problem of Access. // *The American Archivist*. 34:1 (1971) 27–41. doi: 10.17723/aarc.34.1.01416hv158h31057.
- Grimsted, P. (1991a). «Perestroika» in the Archives? Further Efforts at Soviet Archival Reform. // *The American Archivist*. 54:1 (1991) 70–95. doi: 10.17723/aarc.54.1.60h14p3741379289.
- Grimsted, P. K. (1982). The Fate of Early Records in Lviv Archives: Documentation from Western Ukraine under Polish Rule (Fifteenth Century to 1772). // *The Slavonic and East European Review*. 60:3 (1982) 321–346. doi: 10.2307/4208539.
- Grimsted, P. K. (1987). The archival legacy of Soviet Ukraine: Problems of tracing the documentary records of a divided nation. // *Cahiers du Monde Russe*. 28:1 (1987) 95–108. Obtido de https://www.persee.fr/doc/cmr_0008-0160_1987_num_28_1_2103.
- Grimsted, P. K. (1991b). The Fate of Ukrainian Cultural Treasures During World War II: The Plunder of Archives, Libraries, and Museums under the Third Reich. // *Jahrbücher für Geschichte Osteuropas*. 39:1 (1991) 53–80. doi: 10.2307/41048536.
- Grimsted, P. K. (1992). Beyond Perestroika - Soviet-area archives after the August Coup. // *The American Archivist*. 55:1 (1992) 94–124.
- Grimsted, P. K. (1993a). Archival Rossica/Sovietica abroad : Provenance or pertinence, bibliographic and descriptive needs. // *Cahiers du Monde Russe*. 34:3 (1993a) 431–479. Obtido de https://www.persee.fr/doc/cmr_0008-0160_1993_num_34_3_2364.
- Grimsted, P. K. (1993b). Russian Archives in Transition: Caught Between Political Crossfire and Economic Crisis. // *The American Archivist*. 56:4 (1993b) 614–662. doi: 10.17723/aarc.56.4.40u60mg4238475r6.
- Grimsted, P. K. (2001). Twice plundered or «twice saved»? Identifying Russia's «trophy» archives and the loot of the (Nazi) Reich-Security-Main-Office. // *Holocaust and Genocide Studies*. 15:2 (2001) 191–244. doi: 10.1093/hgs/15.2.191
- Grimsted, P. K. (2005). Roads to Ratibor: Library and archival plunder by the Einsatzstab Reichsleiter Rosenberg. // *Holocaust and Genocide Studies*. 19:3 (2005) 390–458. doi: 10.1093/hgs/dci041.
- Grimsted, P. K. (2006). The postwar fate of Einsatzstab Reichsleiter Rosenberg archival and library plunder, and the dispersal of ERR records. // *Holocaust and Genocide Studies*. 20:2 (2006) 278–308. doi: 10.1093/hgs/dcl005
- Grimsted, P. K. (2010a). Legalizing «Compensation» and the Spoils of War: The Russian Law on Displaced Cultural Valuables and the Manipulation of Historical Memory. // *International Journal of Cultural Property*. 17:43497 (2010a) 217–255. doi: 10.1017/S094073911000010X
- Grimsted, P. K. (2010b). Why Do Captured Archives Go Home? Restitution Achievements under the Russian Law. // *International Journal of Cultural Property*. 17:43497 (2010b) 291–333. doi: 10.1017/S0940739110000123
- Gunderson, F.; Lancefield, R. C.; Woods, B. (eds.). (2018). *The Oxford Handbook of Musical Repatriation*. The Oxford Handbook of Musical Repatriation. Oxford: Oxford University Press, 2018
- Haggan, M. (2004). Research paper titles in literature, linguistics and science: Dimensions of attraction. // *Journal of Pragmatics*. 36:2 (2004) 293–317. doi: 10.1016/S0378-2166(03)00090-0
- Heuman, J. (2013). Unpacking the gift: negotiating property and custody in archival hardcore blogs. // *Popular Music*. 32:2 (2013) 177–195. doi: 10.1017/S026114301300010X

- Hilder, T. R. (2012). Repatriation, Revival and Transmission: The Politics of a Sami Musical Heritage. // *Ethnomusicology Forum*. 21:2-SI (2012) 161–179. doi: 10.1080/17411912.2012.689473
- Hill, C. G. (2017). Seeds as Ancestors, Seeds as Archives: Seed Sovereignty and the Politics of Repatriation to Native Peoples. // *American Indian Culture and Research Journal*. 41:3-SI (2017) 93–112. doi: 10.17953/aicrj.41.3.hill
- Hill, M. R. (1993). *Archival strategies and techniques*. Newbury Park, Calif.: Sage, 1993
- Iacovino, L. (2010). Rethinking archival, ethical and legal frameworks for records of Indigenous Australian communities: a participant relationship model of rights and responsibilities. // *Archival Science*. 10:4 (2010) 353–372. doi: 10.1007/s10502-010-9120-3
- INRA. (2017). *Cortext Manager - Cortext*. Disponível em: <https://www.cortext.net/projects/cortext-manager/>. (acedido a 2019-11-08)
- International Council on Archives. (1964). *Elsevier's lexicon of archive terminology : French, English, German, Spanish, Italian, Dutch: comp. and arranged on a systematic basis*. Amsterdam: Elsevier, 1964
- International Council on Archives. (1984). *Dictionary of archival terminology : English and French; with equivalents in Dutch, German, Italian, Russian, and Spanish*. München: New York: K.G. Saur, 1984
- International Council on Archives. (1995). *The View of the Archival Community on the Settling of Disputed Claims: Position Paper Adopted by the Executive Committee of the International Council on Archives, Guangzhou, China, 10–13 April 1995*. ICA/CIA. Disponível em: https://www.ica.org/sites/default/files/EB_1995_paper_archival-claims_EN.pdf. (acedido a 2019-11-08)
- International Council on Archives. (2004). *DAT III: Dictionary of archival terminology*. Disponível em: <https://internet.archivschule.uni-marburg.de/datiiii/index.html>. (acedido a 2019-11-08)
- International Council on Archives. (2005). *Reference Dossier on Archival Claims*. // H. Bastien (ed.) (2005). *Proceedings of the twenty-ninth, thirtieth and thirty first International Conference of the Round Table on Archives*. Special Issue JANUS. Dordrecht 1998.
- International Council on Archives. (2013). *Multilingual Archival Terminology*. Disponível em: <http://www.ciscra.org/mat/mat>. (acedido a 2019-11-08)
- International Council on Archives. (2016). *Basic Principles on the role of Archivists and Records Managers in support of Human Rights*, International Council on Archives § (2016). Disponível em: <https://www.ica.org/en/basic-principles-role-archivists-and-records-managers-support-human-rights>. (acedido a 2019-11-08)
- Jakubowski, A. (2015). *State succession in cultural property*. Oxford: Oxford University Press, 2015
- Kahunde, S. (2012). Repatriating Archival Sound Recordings to Revive Traditions: The Role of the Klaus Wachsmann Recordings in the Revival of the Royal Music of Bunyoro-Kitara, Uganda. // *Ethnomusicology Forum*. 21:2-SI (2012) 197–219. doi: 10.1080/17411912.2012.689471
- Karabinos, M. (2013). Displaced Archives, Displaced History: Recovering the Seized Archives of Indonesia. // *Bijdragen tot de taal-, land- en volkenkunde / Journal of the Humanities and Social Sciences of Southeast Asia*. 169:43499 (2013) 279–294. doi: 10.1163/22134379-12340027
- Karabinos, M. (2015). The Djogdja Documenten: the Dutch-Indonesian relationship following independence through an archival lens. // *Information e Culture*. 50:3 (2015) 372–391. doi: 10.7560/IC50304
- Karabinos, M. (2018). In the shadows of the continuum: testing the records continuum model through the Foreign and Commonwealth Office 'Migrated Archives'. // *Archival Science*. 18:3 (2018) 207–224. doi: 10.1007/s10502-018-9292-9
- Kecskeméti, C. (1977). *Archival claims; preliminary study on the principles and criteria to be applied in negotiations (PGI-77/WS/1)*. Paris: UNESCO, 1977
- Kecskeméti, C. (1985). *Contested records - The Legal Status of National Archives*. // *UNESCO COURIER*. :2 (1985) 9–11.
- Kecskeméti, C. (1992). *Displaced european archives - is it time for a postwar settlement*. // *The American Archivist*. 55:1 (1992) 132–140.

- Ketelaar, E. (2017). Archival Turns and Returns: studies of the Archive, // Gilliland, A. J., Mckemmish, S.; Lau, A. J. (eds.) (2017). *Research in the archival multiverse*. Clayton, Victoria: Monash University Publishing, 2017. 228–268.
- Kila, J.; Balcells, M. (2015). Conclusion: Cultural Property Crime. // Kila, J.; Balcells, M. (eds.) (2015). *Cultural property crime : an overview and analysis on contemporary perspectives and trends*. Leiden ; Boston: Brill, 2015. 366–370
- King, J. L. (1999). Cultural Property and National Sovereignty. // Messenger, P. M. (ed.) (1999). *The ethics of collecting cultural property : whose culture? : whose property?* Albuquerque, NM: University of New Mexico Press, 1999. 199-208
- Kowalski, W. (2005). Types of Claims for Recovery of Lost Cultural Property. // *Museum International*. 57:4 (2005) 85–102. doi: 10.1111/j.1468-0033.2005.00543.x
- Kuprecht, K. (2016). *Indigenous peoples' cultural property claims*. Cham: Springer, 2016
- Lancefield, R. C. (1998). Musical Traces' Retraceable Paths: The Repatriation of Recorded Sound. // *Journal of Folklore Research*. 35:1 (1998) 47–68. doi: 10.2307/3814785
- Layton, R.; Thomas, J.; Stone, P. G. (2011). Introduction: the destruction and conservation of cultural property. Em *Destruction and conservation of cultural property* (pp. 1–22). London: Routledge, 2011. 17-37
- Levac, D.; Colquhoun, H.; O'Brien, K. K. (2010). Scoping studies: advancing the methodology. // *Implementation Science*. 5:69 (2010) 2–9. doi: 10.1186/1748-5908-5-69
- Leventhal, R. M.; Daniels, B. I. (2012). Orphaned Objects, Ethical Standards, and the Acquisition of Antiquities. // *De-Paul Journal of Art, Technology and Intellectual Property Law*. 23: (2012) 339–361. Obtido de <https://heinonline.org/HOL/Page?handle=hein.journals/dael23eid=363ediv=ecollection=>
- Lovering, T. (2009). Expatriate Archives. // *Archives: The Journal of the British Records Association*. 24:121 (2009) 1–5.
- Lovering, T. (2017). Expatriate Archives Revisited. // Lowry, J. (ed.) (2017). *Displaced Archives*. New York: Routledge, 2017. 86–100
- Lowry, J. (ed.) (2017a). *Displaced archives*. London: Routledge, 2017
- Lowry, J. (2017b). Introduction: displaced archives. // Lowry, J. (ed.) (2017). *Displaced archives*. London ; New York: Routledge, 2017. 1–10
- Lowry, J. (2019). Radical empathy, the imaginary and affect in (post)colonial records: how to break out of international stalemates on displaced archives. // *Archival Science*. 19: (2019) 1–19. doi: 10.1007/s10502-019-09305-z
- Maaba, B. B. (2008). Challenges to Repatriation and Preservation of Tangible Heritage in South Africa: Black Art and the Experiences of the Ifa Lethu Foundation. // *South African Historical Journal*. 60:3 (2008) 500–513. doi: 10.1080/02582470802417557
- Martín-Martín, A.; Orduna-Malea, E.; Thelwall, M.; López-Cózar, E. D. (2018). Google Scholar, Web of Science, and Scopus: a systematic comparison of citations in 252 subject categories. // *Journal of Informetrics*. 12:4 (2018) 1160–1177. doi: 10.1016/j.joi.2018.09.002
- Mattern, E. (2016). A six-stage process for recovery of public records: replevin and the state of North Carolina. // *Archival Science*. 16:2 (2016) 195–212. doi: 10.1007/s10502-015-9241-9
- Melamed, E. (2012). The fate of the archives of the Kiev Institute of Jewish Proletarian Culture: puzzles and discoveries. // *East European Jewish Affairs*. 42:2 (2012) 99–110. doi: 10.1080/13501674.2012.699206
- Merryman, J. H. (1994). The Nation and the Object. // *International Journal of Cultural Property*. 3:1 (1994) 61–76. doi: 10.1017/S094073919400007X
- Mnjama, N. M. (2007). A review of ESARBICA resolutions 1969-2005. // *African Journal of Library, Archives and In-formation Science*. 17:1 (2007) 23–32.

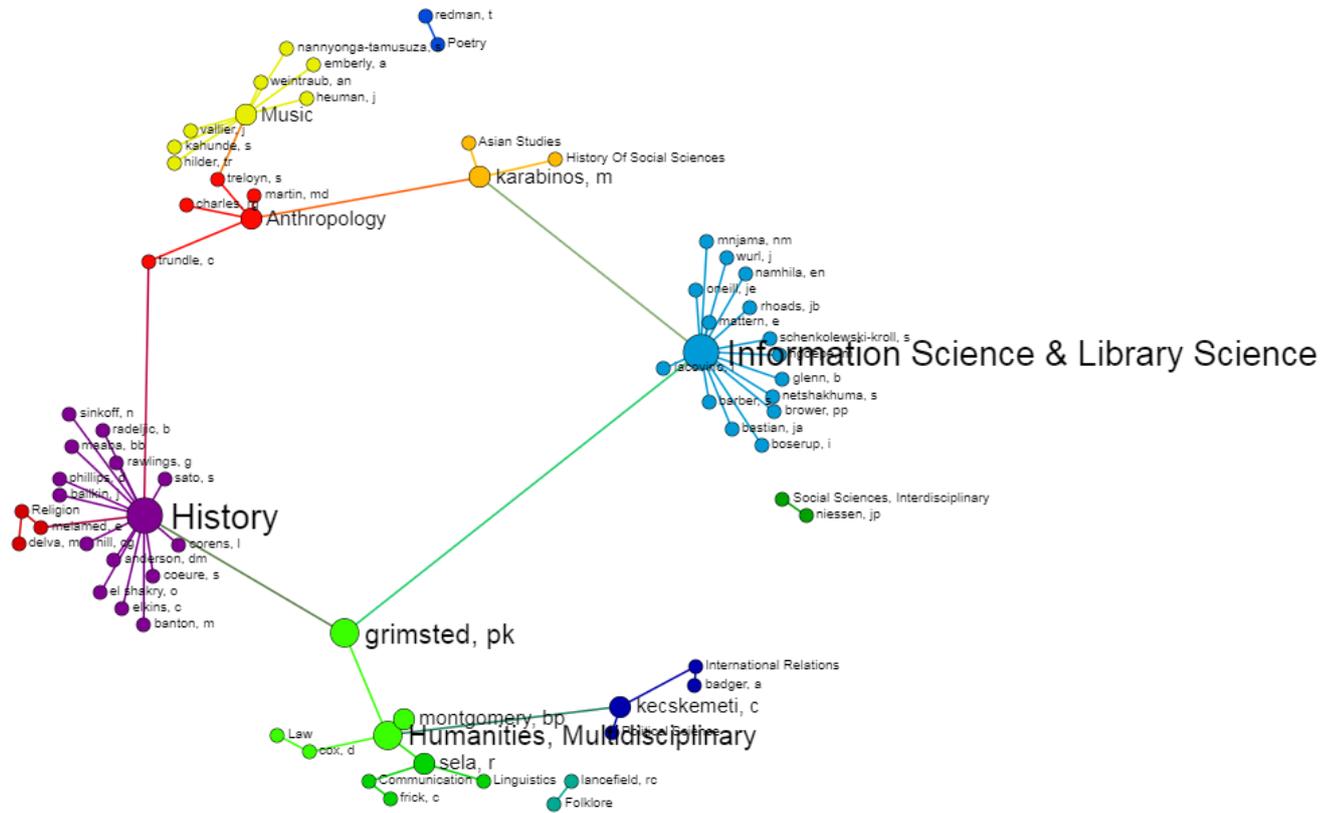
- Montgomery, B. P. (2011). Immortality in the Secret Police Files: The Iraq Memory Foundation and the Baath Party Archive. // *International Journal of Cultural Property*. 18:3 (2011) 309–336. doi: 10.1017/S094073911100018X
- Montgomery, B. P. (2013). Rescue or return: the fate of the Iraqi Jewish archive. // *International Journal of Cultural Property*. 20:2 (2013) 175–200. doi: 10.1017/S0940739113000040
- Montgomery, B. P. (2014). US Seizure, Exploitation, and Restitution of Saddam Hussein’s Archive of Atrocity. // *Journal of American Studies*. 48:2 (2014) 559–593. doi: 10.1017/S0021875813002004
- Montgomery, B. P. (2015). The Rape of Kuwait’s National Memory. // *International Journal of Cultural Property*. 22:1 (2015) 61–84. doi: 10.1017/S0940739115000053
- Munn, Z.; Peters, M. D. J.; Stern, C.; Tufanaru, C.; McArthur, A.; Aromataris, E. (2018). Systematic review or scoping review? Guidance for authors when choosing between a systematic or scoping review approach. // *BMC Medical Research Methodology*. 18:143 (2018) 2–7. doi: 10.1186/s12874-018-0611-x
- Nagel, R. (ed.) (1989). *Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia arquivística brasileira*. Bonn : Salvador: Deutsche Stiftung für internationale Entwicklung : Universidade Federal da Bahia, 1989
- Namhila, E. N. (2016). Content and use of colonial archives: an under-researched issue. // *Archival Science*. 16:2 (2016) 111–123. doi: 10.1007/s10502-014-9234-0
- Nannyonga-Tamusuza, S.; Weintraub, A. N. (2012). The Audible Future: Reimagining the Role of Sound Archives and Sound Repatriation in Uganda. // *Ethnomusicology*. 56:2 (2012) 206–233.
- Nemeth, E. (2014). Plunderer and Protector of Cultural Property: Security-Intelligence Services Shape the Strategic Value of Art. // Nemeth, E. (ed.) (2014). *Cultural security : evaluating the power of culture in international affairs*. London: Imperial College Press, 2014. 42
- Ngoepe, M.; Netshakhuma, S. (2018). Archives in the trenches: repatriation of African National Congress liberation archives in diaspora to South Africa. // *Archival Science*. 18:1 (2018) 51–71. doi: 10.1007/s10502-018-9284-9
- Niessen, J. P. (2018). Heritage and Repatriation in the History of Habsburg and Hungarian Archives. // *Hungarian Cultural Studies*. 11: (2018) 136–143. doi: 10.5195/ahca.2018.327
- Novic, E. (2016). *The concept of cultural genocide : an international law perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2016
- O’Keefe, R. (2006). *The protection of cultural property in armed conflict*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006
- O’Neill, J. E. (1979). Replevin: A Public Archivist’s Perspective. // *College e Research Libraries*. 40:1 (1979) 26–30. doi: 10.5860/crl_40_01_26
- Ouzzani, M.; Hammady, H.; Fedorowicz, Z.; Elmagarmid, A. (2016). Rayyan—a web and mobile app for systematic re-views. // *Systematic Reviews*, 5:1 (2016), 210. doi: 10.1186/s13643-016-0384-4. (accedido a 2019-11-08)
- Pearce-Moses, R. (2005). *A glossary of archival and records terminology*. Chicago : Society of American Archivists, 2005
- Pham, M. T.; Rajić, A.; Greig, J. D.; Sargeant, J. M.; Papadopoulos, A.; McEwen, S. A. (2014). A scoping review of scoping reviews: advancing the approach and enhancing the consistency. // *Research Synthesis Methods*. 5:4 (2014) 371–385. doi: 10.1002/jrsm.1123
- Phillips, D. (2016). The ‘Migrated Archives’ and a Forgotten Corner of Empire: The British Borneo Territories. // *The Journal of Imperial and Commonwealth History*. 44:6 (2016) 1001–1019. doi: 10.1080/03086534.2016.1251557
- Porter, M. F. (1980). An algorithm for suffix stripping. // *Program*. 14:3 (1980) 130–137. doi: 10.1108/eb046814
- Porter, M.; Boulton, R. (2002). Snowball. Disponível em: <https://snowballstem.org/>. (accedido a 2019-11-08)

- Portugal. Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior. (2013). Renates - Registo Nacional de Teses e Dissertações. Disponível em: <https://renates2.dgeec.mec.pt/>. (acedido a 2019-11-08)
- Punzalan, R. (2014). Understanding Virtual Reunification. // *The Library Quarterly*. 84:3 (2014) 294–323. doi: 10.1086/676489
- R Core Team. (2013). R: A Language and Environment for Statistical Computing. Disponível em: <https://www.r-project.org/>. (acedido a 2019-11-08)
- Radeljic, B. (2015). Complete and Incomplete Archives: An Analysis of Archival Material Documenting European Community-Yugoslav Relations. // *The Historian*. 77:1 (2015) 80–99. doi: 10.1111/hisn.12057
- Rawlings, G. (2015). Lost Files, Forgotten Papers and Colonial Disclosures : The «Migrated Archives» and the Pacific, 1963 – 2013. // *The Journal of Pacific History*. 50:2 (2015) 189–212. doi: 10.1080/00223344.2015.1048585
- Redman, T. (1979). The repatriation of Pound, 1939-1942: a view from the archives. // *Paideuma: Modern and Contemporary Poetry and Poetics*. 8:3 (1979) 447–457.
- Rhoads, J. (1966). Alienation and Thievery: Archival Problems. // *The American Archivist*. 29:2 (1966) 197–208. doi: 10.17723/aarc.29.2.510581828404555q
- Ribeiro, F. A. (1998). O acesso à informação nos arquivos. Universidade do Porto. 1998
- Ribeiro, F. (2011). A arquivística como disciplina aplicada no campo da ciência da informação. // *Perspectivas em gestão e conhecimento*. 1:1 (2011) 59–73. Obtido de <http://periodicos.ufpb.br/index.php/pgc/article/view/9887>
- Ribeiro, F. (2013). La archivística como disciplina aplicada en el campo de la ciencia de la información (CI). // *Códices*. 9:1 (2013) 83–105. Obtido de <http://eprints.rclis.org/19858>
- Robinson, H. (2012). Remembering things differently: museums, libraries and archives as memory institutions and the implications for convergence. // *Museum Management and Curatorship*. 27:4 (2012) 413–429. doi: 10.1080/09647775.2012.720188
- Sato, S. (2017). «Operation Legacy»: Britain’s Destruction and Concealment of Colonial Records Worldwide. // *The Journal of Imperial and Commonwealth History*. 45:4 (2017) 697–719. doi: 10.1080/03086534.2017.1294256
- Schenkolewski-Kroll, S. (2016). Jewish archives and archival documents: Israel and the Diaspora. // *Archival Science*. 16:3 (2016) 309–326. doi: 10.1007/s10502-015-9249-1
- SCImago. (2019). SJR — SCImago Journal e Country Rank [Portal]. Disponível em: <https://www.scimagojr.com/>. (acedido a 2019-11-08)
- Scovazzi, T. (2014). Repatriation and Restitution of Cultural Property: Relevant Rules of International Law. // Smith, C. (ed.) (2014). *Encyclopedia of Global Archaeology*. New York, NY: Springer New York, 2014. 6318–6324
- Sela, R. (2018a). «Imprisoned Photographs’’: The Looted Archive of Photo Rissas (Rassas) - Ibrahim and Chalil (Khalil) Rissas». // *Intermedialités*. :32 (2018a). doi: 10.7202/1058469ar
- Sela, R. (2018b). The Genealogy of Colonial Plunder and Era-sure - Israel’s Control over Palestinian Archives. // *Social Semiotics*. 28:2 (2018b) 201–229. doi: 10.1080/10350330.2017.1291140
- Shepard, T. (2015). «Of Sovereignty»: Disputed Archives, «wholly Modern» Archives, and the Post-Decolonization French and Algerian Republics, 1962-2012. // *American Historical Review*. 120:3 (2015) 869–883. doi: 10.1093/ahr/120.3.869
- Silverman, H. (2011). *Contested Cultural Heritage: A Selective Historiography*. // Silverman H. (ed.). *Contested Cultural Heritage*. New York, NY: Springer New York, 2011. 1-49
- Sinkoff, N. (2016). From the archives: Lucy S. Dawidowicz and the restitution of Jewish cultural property. // *American Jewish History*. 100:1 (2016) 117-147. doi: 10.1353/ajh.2016.0009
- Smith, L. T. (2012). *Decolonizing methodologies : research and indigenous peoples* (2nd ed.). London; Dunedin N.Z.: Zed Books, 2012

- Spivak, G. C. (1999). *A critique of postcolonial reason : toward a history of the vanishing present*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1999
- Stamatoudi, I. (2011). *Cultural Property Law and Restitution*. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2011
- Stoler, A. L. (2002). Colonial Archives and the Arts of Governance. // *Archival Science*. 2: (2002) 87–109.
- Stoler, A. L. (2008). *Along the archival grain : thinking through colonial ontologies*. Princeton, N.J.; Woodstock: Princeton University Press, 2008
- Stoler, A. L. (2009). *Along the archival grain : epistemic anxieties and colonial common sense*. Princeton University Press, 2009
- Taşdelen, A. (2016). *The return of cultural artefacts : hard and soft law approaches*. Cham: Springer International Publishing, 2016
- Toman, J. (1996). *The Protection of Cultural Property in the Event of Armed Conflict: Commentary on the Convention for the Protection of Cultural Property in the Event of Armed Conflict and its Protocol, signed on 14 May 1954 in The Hague, and on other instruments of inter*. Brookfield: Dartmouth Publishing Company, 1996
- Treloyn, S.; Emberly, A. (2013). Sustaining Traditions: Ethno-musicological Collections, Access and Sustainability in Australia. // *Musicology Australia*. 35:2 (2013) 159–177. doi: 10.1080/08145857.2013.844473
- Treloyn, S.; Martin, M. D.; Charles, R. G. (2016). Cultural precedents for the repatriation of legacy song records to communities of origin. // *Australian Aboriginal Studies Journal*. :2 (2016) 94–103.
- Tricco, A. C.; Lillie, E.; Zarin, W.; O'Brien, K. K.; Colquhoun, H.; Levac, D.; Straus, S. E. (2018). PRISMA Extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR): Checklist and Explanation. // *Annals of Internal Medicine*. 169:7 (2018) 467–473. doi: 10.7326/M18-0850
- Trundle, C. (2011). Searching for Culpability in the Archives: Commonwealth Nuclear Test Veterans' Claims for Compensation. // *History and Anthropology*. 22:4 (2011) 497–512. doi: 10.1080/02757206.2011.626773
- Turku, H. (2018). *Cultural Property as a Weapon of War*. // *The Destruction of Cultural Property as a Weapon of War*. Cham: Springer International Publishing, 2018. 1-25
- UNESCO. (1954). *Convention for the Protection of Cultural Property in the Event of Armed Conflict with Regulations for the Execution of the Convention, The Hague, 14 May 1954 (1954)*. (acedido a 2019-11-08)
- Vallier, J. (2010). Sound Archiving Close to Home: Why Community Partnerships Matter. // *Notes*. 67:1 (2010) 39–49.
- Ventresca, M. J.; Mohr, J. W. (2017). Archival Research Methods. // Baum, J. A. C. (ed.) (2017). *The Blackwell Companion to Organizations*. Oxford, UK: Blackwell, 2017. 805-828
- Watkins, J. (2009). Cultural Nationalists, Internationalists, and “Intra-nationalists”’: Who’s Right and Whose Right?’. // *International Journal of Cultural Property*. 12:1 (2009) 78–94. doi: doi.org/10.1017/S0940739105999992
- Winn, S. R. (2015). Ethics of Access in Displaced Archives. // *Provenance. Journal of the Society of Georgia Archivists*. 33:1 (2015) 5.
- Wurl, J. (2005). Documenting Displacement: The Migration of Archival Sources From Post-WW II East European Emigre Groups. // *Archival Science*. 5:1 (2005) 79–92. doi: 10.1007/s10502-005-5763-x
- Zeidler, K. (2016). *Restitution of Cultural Property: A Hard Case - Theory of Argumentation - Philosophy of Law*. Warsaw: Gdańsk University Press, 2016.

Anexos

Anexo 1 – Mapa de rede de autores por domínio WoS (processado em *CortText Manager*)



Anexo 3 – Síntese de tópicos

Tópicos	Casos	Âmbito	Síntese	Referências
Arquivos capturados	Argélia vs. França, Coreia do Sul vs. França, Indonésia vs. Países Baixos, vários países vs. EUA, Alemanha vs. EUA, Europa vs. EUA, Iraque vs. EUA, Kuwait vs. EUA, países eslavos vs. França, Palestina vs. Israel, Polónia vs. Alemanha, Rússia vs. Alemanha, Ucrânia vs. Rússia e Alemanha	Internacional	Arquivos removidos aos países/regiões em contexto de conflito armado (para suportar como informação de inteligência à força ocupante, incidindo em arquivos privados e públicos) ou decorrente de tráfico ilícito de bens culturais.	(Glenn, 1962; Brower, 1963; Grimsted, 1971, 2001, 2005, 2006, 2010b; Kecskeméti, 1992; Cox, 2010; Montgomery, 2011, 2013, 2014, 2015; Melamed, 2012; Shepard, 2015; El Shakry, 2015; Sinkoff, 2016; Coeuré, 2017; Sela, 2018a, 2018b)
Arquivos coloniais	Reino Unido; Nova Zelândia	Internacional e intranacional	Correção de injustiças sociais em contexto colonial, propondo uma leitura pós-colonial e pós-custodial; enfoque nas estratégias de produção de informação em contexto colonial em relação às comunidades colonizadas.	(Bastian, 2006; Trundle, 2011)
Arquivos deslocados	Ex-regiões da URSS, ex-Jugoslávia; Ucrânia vs. Alemanha, Polónia, Rússia	Internacional	Identificação de arquivos em contexto de secessão de Estados, especialmente nos casos pós-guerra ou reorganização territorial.	(Grimsted, 1982, 1987, 1992, 1993b, 1991a, 1991b; Radeljic, 2015)
Arquivos migrados	Antigua e Barbuda vs. Reino Unido, Bornéu vs. Reino Unido, Fiji, Vanuatu (Novas Hébridas), Ilhas Salomão Islands, Kiribati e Tuvalu vs. Reino Unido, Namíbia vs. África do Sul, Quênia vs. Reino Unido	Internacional	Remoção de arquivos das antigas possessões britânicas, especialmente em contexto de descolonização.	(Mnjama, 2007; Anderson, 2011, 2015; Badger, 2012; Banton, 2012b; Barber, 2012; Karabinos, 2013, 2015, 2018; Rawlings, 2015; Bailkin, 2015; Elkins, 2015; Nambhila, 2016; Phillips, 2016; Sato, 2017)
Arquivos na diáspora	Arquivos religiosos, Estónia, Canadá, comunidades húngaras em vários países, Israel, Rússia	Internacional	Arquivos que se encontram na custódia de instituições estrangeiras, especialmente junto das comunidades na diáspora (judias, exilados, emigrantes em geral), com maior incidência para arquivos privados.	(Grimsted, 1993a; Wurl, 2005; Corens, 2016; Schenkolewski-Kroll, 2016; Niessen, 2018)
Recuperação de arquivos/documentos públicos na posse de privados	EUA	Intranacional	Mecanismos de recuperação de arquivos/documentos na posse de privados, por furto, roubo ou apropriação ilícita.	(Rhoads, 1966; O'Neill, 1979; Mattern, 2016)
Repatriação de arquivos	Comunidades indígenas dos EUA, Austrália, Canadá e Escandinávia; Nova Zelândia vs. EUA, África do Sul vs vários países, Uganda vs Reino Unido, várias ex-colónias africanas, ex-regiões da URSS	Internacional e Intranacional	Restituição de arquivos como forma positiva para a revitalização de comunidades vulneráveis ou países em desenvolvimento, embora com limitações em termos de ética da repatriação (física e/ou digital) e ao nível legal.	(Boserup, 2005; Delva, 2018; Frick, 2015; Grimsted, 2010b; Heuman, 2013; Hilder, 2012; Hill, 2017; Iacovino, 2010; Kahunde, 2012; Lancefield, 1998; Maaba, 2008; Nannyonga-Tamusuza e Weintraub, 2012; Ngoepe e Netshakhuma, 2018; Redman, 1979; Treloyn e Emberly, 2013; Treloyn et al., 2016; Vallier, 2010)

Recebido: 09/11/2019

Aceito: 25/11/2019